

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA

Gabriel Ferreira Barbosa

Um novo circuito na favela:
o caso da frequência turística no Santa Marta

Orientador

Prof. Dr. Marco Antonio da Silva Mello

Co-orientadora

Prof^ª. Dr^ª. Neiva Vieira da Cunha

Niterói, 2014

Um novo circuito na favela:
o caso da frequência turística no Santa Marta

Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGA), do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia (ICHF) da Universidade Federal Fluminense (UFF) como parte dos requisitos necessários para a obtenção do grau de Mestre em Antropologia.

Orientador: Prof. Dr. Marco Antonio da Silva Mello

Co-orientador: Prof^ª Dr^ª. Neiva Vieira da Cunha

Banca Examinadora

Prof. Dr. Marco Antonio da Silva Mello – PPGA/ICHF – UFF (orientador)

Profª. Drª. Neiva Vieira da Cunha - PPGECC/FEBF – UERJ (co-orientadora)

Profª. Drª. Leticia de Luna Freire – PPGA/ICHF – UFF

Prof. Dr. Felipe Berocan Veiga – PPGS/ICHF – UFF (suplente)

Profª Drª. Soraya Silveira Simões – IPPUR – UFRJ (suplente)

Agradecimentos

A Marco Antonio Mello, a quem devo o que talvez tenha aprendido sobre Antropologia. Quem, diante de todo caos que o campo apresentava nas nossas discussões, pôde me orientar na melhor forma de organizá-lo em um texto coerente. Sobretudo pela paciência que demonstrou durante o processo de orientação, marcado por hesitações e incompletudes da minha parte.

A Neiva Vieira da Cunha, por ter me proporcionado a oportunidade de participar do projeto de pesquisa “Um endereço na cidade”. Além disso, pela sempre generosa postura em auxiliar-me nos pequenos detalhes da pesquisa, pelas indicações de caminhos durante o campo, pelo apoio incondicional nos tensos momentos de escrita.

A Leticia de Luna Freire, pelo fértil diálogo e contribuições significativas a este trabalho durante todo seu processo. Agradeço enormemente pela gentileza de ter aceitado fazer parte desta banca de mestrado.

À secretaria do PPGA e seus funcionários, pelo auxílio com a burocracia da Universidade, sobretudo ao meu conterrâneo Marcelo Gonçalves de Sousa.

Aos companheiros do PPGA, Bóris Maia, Jardel Modenesi, Roberta Boniolo, Tiago Borba, Vinícius Cruz Pinto, Vinícius Loreto, Marcos Moura, Leonardo Leitão, Thales Vieira, Karina Tarce, Marcelino Conti, Ana Maria Raietparvar, Vinícius , Cristina Marins, Rosiane Rodrigues, Marco Antonio Poggia, Adriana Batalha, Stephania Klujaska por compartilharem este ritual de iniciação acadêmica cheio de percalços com tanta amizade e carinho. Mesmo que deixemos de ser neófitos, estejamos juntos!

À Pricila Loretti, por compartilhar tantas idas a campo, e nele, auxiliar com ótimas observações.

A Wellington Conceição, pela sua aguçada inteligência quando das muitas oportunidades que pudemos conversar sobre os achados do(s) campo(s), e que sempre me fizeram repensar e olhar de outra forma sobre o mesmo problema.

A Sebastian Saborio, pelo companheirismo nos momentos de pesquisa e de mesa de bar. Seu olhar estrangeiro contribuiu positivamente para este trabalho.

A Hélio Sá, pela enorme paciência e carinho que dedicou em debater os textos do processo seletivo ao mestrado.

A Alexandre Loreto e Felipe Magaldi, pelo infalível “clã”.

A David Maciel, pelo enorme inteligência e capacidade em discutir praticamente qualquer assunto de forma genial e criativa. Sinto-me honrado de ter podido compartilhar as mesmas mesas, conversas e garrafas de cerveja.

A Bruno Neris Basto, companheiro em discussões acaloradas sobre a cidade do Rio.

A Igor Pantoja, pela parceria e amizade.

A Joanna Sisternas, por ter sido companheira em muitas situações de campo, pelas inúmeras trocas de ideias, mas sobretudo pela amizade.

À Yasmin Monteiro, sem a qual este trabalho não teria sido feito. Companheira de todos os momentos.

À Kryssia, pela inesgotável paciência e carinho que não cansou de me prover.

Aos meus irmãos, a quem devo também muito por esse trabalho ter sido concluído.

Aos meus pais, por nunca terem me deixado esmorecer.

Resumo

A chamada “pacificação” de algumas favelas da cidade do Rio de Janeiro possibilitou o surgimento de novos circuitos do mercado nesses lugares. Este é um fenômeno inscrito em um cenário bem mais amplo, em que as cidades como *commodities* disputam no mercado internacional recursos e investimentos. As consequências desse processo atingem áreas vulneráveis da cidade, nas quais a gentrificação e a “expulsão branca” são expressões do encarecimento das condições de vida local. O novo momento é marcado pela suspensão das aduanas impostas pelo tráfico de drogas nas favelas onde foram implantadas as Unidades de Polícia Pacificadora, o que permite, de uma forma ou de outra, que a circulação de pessoas e dinheiro não seja restringida por códigos de conduta específicos. As novas possibilidades passam a incrementar serviços e atividades que estavam estagnadas pelo contexto violento do crime organizado, como por exemplo o turismo, que tem como um de seus condicionantes básicos o acolhimento. Mesmo que já existisse antes da instalação da UPP, a atividade turística avança para a construção de um mercado, dentro do qual os empreendedores locais e externos passam a disputar entre si. Argumentos de legitimidade e autenticidade são usados para confeccionar os produtos turísticos na competição pelos seus clientes, e os guias locais reivindicam o valor diferencial de conhecerem a favela *de verdade*. Além disso, os guias locais vêem a atividade turística no Santa Marta como um instrumento seja para dar visibilidade à precariedade do serviço público na favela, seja para denunciar ameaças de remoção de casas da parte alta do morro. Esta dissertação apresenta uma etnografia do surgimento de um novo circuito de frequência turística na favela Santa Marta.

Palavras-chave: Favela; Turismo; UPP; Viagem; Reivindicação

Abstract

The so-called " pacification" of some favelas of Rio enabled the emergence of new circuits in the market in these places. This is a phenomenon inscribed in a broader scenario, in which cities as commodities compete in an international market for resources and investments. The consequences of this process reach vulnerable areas of the city where gentrification and “white expulsion” are expressions of the enhancement of local living conditions . The new time is marked by the suspension of customs imposed by drug dealers, which allows, in one way or another, that the movement of people and money is not restricted by specific codes of conduct. The new possibilities begin to increase services and activities that were stalled by the violent context of organized crime, such as tourism, which has as one of its basic conditions the reception. Even that existed prior to the installation of the UPP, tourist activity moves towards building a market within which local and foreign entrepreneurs are now struggling each other. Arguments of legitimacy and authenticity are used in the production of tourism products in the competition for their customers, and the local guides claim the differential value of knowing the truth slum. In addition, local guides see the tourism as an instrument is to highlight the precariousness of public service in the favela, is to denounce threats of removing high end homes on the hill . This thesis presents an ethnography of the emerging new circuit of tourists that visit the favela Santa Marta.

Keywords: Favela; Tourism; UPP; Travelling; Vindication

Lista de Siglas

ALERJ – Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro

AMMSM – Associação de Moradores do Morro Santa Marta

BOPE – Batalhão de Operações Policiais Especiais

BPM – Batalhão Policial Militar

BPTUR – Batalhão de Policiamento em Áreas Turísticas

CSI – Colégio Santo Inácio

EMOP – Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro

FIFA – *Fédération Internationale de Football Association*

IFCS – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PMERJ – Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro

PPC – Posto de Policiamento Comunitário

PPGA – Programa de Pós-Graduação em Antropologia

SMH – Secretaria Municipal de Habitação

UFF – Universidade Federal Fluminense

UPP – Unidade de Polícia Pacificadora

Índice de Ilustrações

Foto 1: Frente da UPP vista por quem chega pelo bairro de Laranjeiras, via Rua Osvaldo Seabra.26
Foto 2: Sede da UPP vista a partir do Pico, região mais alta da favela27
Foto 3: Moradora observa fila de turistas descendo o morro54
Foto 4: Os <i>jeeps</i> de safari à espera dos turistas na parte baixa do morro.72
Foto 5: Localização do Santa Marta na cidade do Rio de Janeiro: pontos turísticos e favelas da zona sul.72
Foto 6 : Stand de informações turísticas do Rio Top Tour74
Foto 7: Panfleto circulado da internet de convocação para manifestação dos moradores. Entre as pautas de reivindicação: qualidade do fornecimento de energia elétrica, contra remoção do Pico e por um turismo de base local90

Sumário

Apresentação - Como e Porque o etnógrafo chega ao morro12
Capítulo 1 - O Santa Marta "ocupado"	
1.1 A ocupação20
1.2 O surgimento da 1ª UPP22
1.3 A favela como cenário de operações militares: as aduanas urbanas27
1.4 A cidade dos <i>megaeventos</i>32
Capítulo 2 - O Santa Marta	
2.1 A disputa pelo nome: Santa Marta ou Dona Marta?38
2.2 A favela como campo de mobilização: a influência dos padres do Santo Inácio	
2.3 A ascensão e queda do “Novo Associativismo Tradicional46
2.4 A consolidação da “Nova República do Narcotráfico”52
Capítulo 3 - O turismo no Santa Marta	
3.1 Outro circuito: a cidade como Commodity54
3.2 A viagem como experiência57
3.3 O turismo em favela61
3.4 Os turismos do Santa Marta69
3.5 O Comitê de Turismo do Santa Marta: a visibilidade81
Epílogo - O que não aconteceu no Santa Marta85
Referências Bibliográficas89
Anexos95

Apresentação – Como e porque o etnógrafo chega ao Morro

“O cara tá achando que a gente é turista...a gente é sociólogo!”¹

O início do que poderia entender como minha “trajetória acadêmica” não se deu no âmbito das pesquisas sobre as favelas da cidade do Rio de Janeiro. Atraído pelas discussões de uma Filosofia Política, interessada em compreender os conflitos na economia de produção de conhecimento no cenário proporcionado pelas Novas Tecnologias de Informação e Conhecimento (NTICS), comecei a trabalhar como bolsista PIBIC/UFRJ no Laboratório Interdisciplinar em Informação e Conhecimento (LIINC/IBICT). O trabalho, que era basicamente o levantamento bibliográfico do material dedicado ao tema, após quase 2 anos de dedicação a essas atividades, revelou-se um pouco árida e desinteressante.

Isso talvez tenha acontecido porque resumir-se a teorizações sobre um tema tão importante na atualidade sem as atividades da pesquisa empírica deixavam um grande vácuo na minha relação com o tema. Criando as reflexões a partir da teoria, e não o contrário, minhas expectativas foram frustradas pela sensação de andar em círculos, e não encontrar o terreno fértil para meus anseios intelectuais. Ou talvez essa insatisfação se explique pela falta de maturidade e entendimento sobre a vida acadêmica e os processos de construção da pesquisa. Entretanto, era preciso buscar outros ares, e deixar-me levar pelo grande leque de atividades que a Universidade pôde me proporcionar.

O interesse nos temas da chamada Antropologia Urbana apareceu quase no final do bacharelado em Ciências Sociais. No primeiro semestre de 2010, ao cursar a disciplina Organização Social e Parentesco, ministrada pelo Profº Marco Antônio Mello, despertou-me a vontade de dedicar-me aos temas que discutíamos em sala. A mim, era impressionante como questões tão corriqueiras e que fazem parte do cotidiano pudessem

1 Reação de um pesquisador, em passeio pelo teleférico do Alemão, à abordagem de um guia turístico do local.

² Cf. BOURDIEU, Pierre. “Alta costura e alta cultura”. In: BOURDIEU, P. Questões de sociologia. Rio de Janeiro: Marco Zero. P. 154-161

³ "Editorial", O Globo. p. 6. 03/12/2008

⁴ O Programa de Aceleração do Crescimento é um programa federal de investimento em infraestrutura em várias áreas como infraestrutura social, urbana, logística e energética. Ver em <http://www.pac.gov.br/sobre-o-pac>. O chamado PAC Favela, do Ministério das Cidades, conta com investimentos de grande vulto

ser pensadas a partir de temas caros à Antropologia. O interesse dos meus colegas em relação à disciplina me incentivavam ainda mais, pois ao término das aulas, os assuntos da mesa do bar continuavam sendo aqueles dos textos que debatíamos com o professor em sala.

As possibilidades da pesquisa social empírica, assim, permitiam-me uma outra postura frente ao mundo. Havia, a partir daí, um grande campo a ser explorado numa gama de interesses intelectuais que permaneciam inertes e que começam a fazer sentido neste momento. Segundo Mello e Vogel (2004), na introdução de sua obra “Gente das Areias”, “se a antropologia é uma ciência empírica do significado da ação, e se este não pode ser deduzido aprioristicamente, porque depende do contexto particular em que a ação é intentada”, era preciso romper com a relação que eu mantinha com o conhecimento acadêmico.

Um tema que sempre havia me interessado era o papel dos bares e botequins, na cidade do Rio de Janeiro, na sociabilidade dos cidadãos frequentadores destes lugares. Espaços majoritariamente masculinos, onde era possível assistir à convivência de personagens de diversos grupos sociais criando redes de afinidade extra familiar num espaço “público” mobilizava minha reflexão regularmente, sobretudo quando das minhas “idas a campo”.

A ideia de pesquisar um espaço tão tradicional na vida carioca motivava-me a buscar aliados que pudessem refletir comigo os problemas que este ambiente trazia, e como discussões as Ciências Sociais possibilitavam para a delimitação de um objeto empírico. A indicação de meu amigo, David Maciel, do antigo artigo do Prof^o Machado da Silva, “O significado do botequim”, publicado na Revista América Latina, em 1969, deu provas de que o tema não era nada recente, e que importantes cientistas sociais já discutiram o lugar do bar na vida urbana. Por outro lado, uma breve busca de trabalhos sobre o tema me fez entender que aquele artigo pertencia a uma espécie rara dentre tantos outros temas caros à antropologia urbana brasileira.

Ao longo do tempo, algumas obras foram encontradas ou recomendadas, como por exemplo o interessante “A place on the corner”, de Elijah Anderson, que pesquisou um *barroom/liquor store* em um gueto da cidade de Chicago, publicado em 1976. Outra boa indicação foi o livro “Slim’s table”, do sociólogo americano Mitchell Duneier, que

discutia também as relações sociais construídas entre os frequentadores de um bar. A dissertação de mestrado do colega Paulo Thiago de Mello sobre o bar Adega da Velha, em Botafogo, também encorajou-me a aprofundar no tema.

Era preciso ir a campo! Após longo encontro com o Prof. Mello, ele me incentivou a buscar questões através da pesquisa empírica. Fui convidado por sua orientanda Yasmin Monteiro a ir à favela Santa Marta, onde ela começara a visitar havia alguns meses. Começávamos então a fazer uma espécie de *survey* para levantar questões sobre as mudanças que estavam acontecendo após a instalação da Unidade de Polícia Pacificadora. Formalização dos serviços públicos, como o fornecimento de energia elétrica, reconhecimento dos logradouros, etc.

A pesquisa de campo se deu no âmbito do projeto de pesquisa “Um endereço na cidade”, do Laboratório de Etnografia Metropolitana, coordenado pelo Prof^o Mello, que também tinha como escopo o Chapéu Mangueira, situado no bairro do Leme, na zona sul da cidade. Buscava-se compreender como os processos de formalização transformavam estes lugares em um contexto de internalização da norma e os caminhos conflituosos entre esta e o costume.

Era minha primeira vez em uma favela da cidade. Mesmo que o noticiário e os trabalhos acadêmicos sobre o tema já tivessem me colocado em contato com uma gama extensa de representações sobre esse espaço da cidade, o que experimentei foi um universo significativo que tinha surgido a partir daquele momento. Nas conversas iniciais, na observação direta do cotidiano da vida das pessoas que fazem dali o seu lugar de existência, a realidade ganhava vida. Em outras palavras, a favela Santa Marta tornava-se habitada.

Como acontecia na cidade como um todo, os bares (ou biroskas) também se faziam presentes nas muitas esquinas das ruas e becos do morro. Era possível agora explorar o tema que ansiava estudar: o papel desse lugar no cotidiano dos moradores. Dadas as mudanças pelas quais estaria passando o Santa Marta, me parecia que os bares e biroskas dariam a oportunidade de pensar os usos e práticas do espaço, tomando-os como um lugar de convivência privilegiado.

E assim aconteceu por pouco tempo. Frequentava alguns bares da base do morro, onde há uma grande circulação de pessoas, principalmente na companhia de Yasmin

Monteiro. Ficávamos horas, às vezes almoçando, às vezes bebendo cerveja e buscando conversas com os frequentadores ou seus donos. À princípio, essa atividade tornou-se um beco sem saída, pois os contatos que conseguíamos era muita das vezes rápido e superficial, e a recepção fria aos dois jovens estudantes talvez demonstrasse o enorme desinteresse de nossos eventuais interlocutores sobre nossa presença.

Entretanto, estar nesses lugares nos permitiu observar um movimento que para nós não era esperado. Víamos circular, durante o dia, grupos de pessoas que não aparentavam morar na favela, nem manter algum tipo de vínculo de trabalho ou frequência. Estavam sempre acompanhados de algum indivíduo que os guiavam, e que intermediavam os seus contatos com os moradores. Mesmo que não fizessem dos bares e biroskas uma longa parada, compravam água ou refrigerante, e descansavam por alguns minutos antes de seguir sua caminhada morro abaixo. A esta altura, embarcavam em *Jeeps* militares, usados em safaris africanos, e que revelam que tipo de relação esses *tours* instauram entre os turistas e a favela.

Esses eram os turistas trazidos pelas agências externas, fazendo um percurso bem delimitado morro abaixo, atendendo ao estereótipo do que acostumou-se a chamar “gringo”, com um guia apresentando o cenário da favela em um idioma que não o português. Essa circulação nos chamou a atenção para um fenômeno que começava a incrementar-se exponencialmente no Santa Marta, mesmo que já houvesse outros casos dos “*favela tours*” pela cidade do Rio.

Nesta mesma época, alguns eventos começaram a acontecer na parte baixa do morro. A Quadra da Escola de Samba passa a receber shows de artistas e bandas com projeção no circuito de música da cidade. Um bloco de carnaval do bairro da Lagoa, área nobre da cidade, inaugura uma série de eventos de samba no local, com uma frequência majoritária de um público de classe média alta, transformando a quadra e o Largo do Cantão em um cenário de entretenimento para além do público da favela.

Nestes eventos, os bares do Largo do Cantão - antes dominado pelo controle territorial do tráfico de drogas local - passam a ser ocupados por esses visitantes. Passa a haver, logo, um processo de “reencantamento” de certos lugares relevantes na “topografia lendária” do Santa Marta. Espaço de muitas atividades culturais no começo de sua ocupação, o Cantão (bem como outros lugares) estaria voltando a acolher esse tipo de

manifestação, embora sob outros traços, mas no caminho do resgate de sua antiga “vocação”.

O que de fato causou uma reorienta o na insipiente pesquisa de campo foi a inaugura o de um programa governamental de incentivo ao turismo em favela, lançado na quadra da escola de samba do Santa Marta. No contexto dos fen menos brevemente descritos acima, a medida por parte do governo de incrementar a atividade turística local se deu através da forma o de guias moradores, uma carta de mini crédito a iniciativas que melhorassem o acolhimento, instala o de mobiliário urbano de informa o ao turista.

A partir dessas iniciativas, foi perceptível um aumento de visitantes ocasionais nos recém estipulados pontos turísticos locais, bem como pelos becos e vielas do morro, que passavam a comportar uma maior circula o de pessoas “estranhas”. O plano inclinado, por exemplo, importante meio de transporte que possibilita o acesso às áreas mais altas do morro em alguns minutos, sofre um inchaço de usuários nos dias de eventos no morro, criando situa es que revelam conflitos inerentes nos contatos entre moradores e turistas.

O incremento do mercado turístico no Santa Marta revela também o conflito que irá fundar uma clivagem entre dois elementos neste campo. Os guias locais, muitos formados técnicos em turismo pelo Rio Top Tour, e as agências de turismo externas passam a protagonizar uma disputa na conquista pela clientela interessada em conhecer o “Rio de Janeiro sob um novo ponto de vista”. As agências captam seu público através dos circuitos já consolidados da infraestrutura turística, como hotéis e agências internacionais. Os guias, tentando estabelecer uma visão legitimada por ser apresentada por alguém “nascido e criado” na favela. Há, por assim dizer, uma disputa pelo monopólio do mercado turístico local.

O Comitê de Turismo do Santa Marta surge neste contexto, reunindo aqueles guias, formados ou não pelo programa do governo, que pretendem posicionar-se nesta disputa através da proposi o de regras de atua o neste mercado, desde um ponto de vista de um código local de significados, buscando consolidar um “turismo de base comunitária”, que respeitaria as especificidades locais, redundando na reconstru o da história do Santa Marta.

A construção desta associação de profissionais do turismo que são moradores funda um novo ator no cenário político local. A partir de articulações com outros atores, como a Associação de Moradores do Morro Santa Marta, profissionais de turismo externos, pesquisadores e professores de universidades, integrantes de movimentos sociais da cidade e de outras favelas, permitem a atuação em vários campos que não se resumem ao mercado turístico da localidade.

O argumento de que “pacificação” da favela implicaria na melhoria dos serviços públicos, somado ao “status” do Santa Marta, considerado pela própria administração pública como uma “favela-modelo” (o que decorre na implementação de “protótipos” de políticas governamentais) cria uma mobilização, muitas vezes difusa nos discursos cotidianos, a partir do momento que as melhorias daqueles serviços não aconteceram na prática.

Os integrantes deste comitê, de forma autônoma ou articulados em grupo, passam a dar visibilidade a esses problemas e questionar a efetividade de tais políticas. Sua participação na atividade turística lhes permite criar outros circuitos de mobilização e atuação política, bem como alcançar uma audiência não restrita somente ao campo dos movimentos sociais tradicionais. Mesmo que o turismo em favela não materialize por si só uma crítica social das representações sobre esses espaços, ou possa diretamente provocar transformações sociais, os guias locais acabam por instrumentalizar a visibilidade que a atividade proporciona, havendo a possibilidade para a denúncia dos “problemas sociais”.

Outras experiências no contexto das “favelas pacificadas” me permitiram uma visão mais ampla sobre o que se espera do papel do turismo nestas localidades. Em Mangueiros, por exemplo, antes mesmo da inauguração da UPP, em janeiro de 2013, havia um plano por parte de algumas lideranças para se instituir um roteiro turístico no local, sob a expectativa de um novo panorama instaurado na favela. A Igreja de São Daniel, desenhada por Oscar Niemeyer, seria o grande trunfo para atrair novos visitantes e incrementar um novo circuito de consumo do lugar.

Procurarei descrever os processos que resultaram neste cenário apresentado aqui. A ocupação policial e instalação da primeira Unidade de Polícia Pacificadora no Santa Marta, em dezembro de 2008, é tratada como corte temporal e analítico no primeiro

capítulo. Nesta parte, busco resgatar rapidamente como este processo se deu, trazendo alguns detalhes que podem dar sentido ao panorama geral da cidade naquele momento. A partir disso, discuto em que cenário mais amplo este processo se dá, com a discussão dos chamados megaeventos. Eles têm raízes naquilo que se convencionou designar “planejamento estratégico”, que expressa uma nova forma de administração da cidade, mas sobretudo uma nova forma de concebê-la, transformando o espaço político em uma mercadoria a ser vendida. As cidades transformaram-se em commodities para consumo.

Ainda neste capítulo pretendo descrever como as favelas, sobretudo no contexto da cidade do Rio de Janeiro, tornaram-se cenários de operações policiais militares, “espetacularizadas” pela imprensa de forma extensa e característica. Essa mudança nos padrões da relação “cidade formal” vs. favela, somado ao aumento do poder do tráfico de drogas, criaram condições para que verdadeiras “aduanas urbanas” se consolidassem nas fronteiras dos novos territórios da cidade, que precisavam ser defendidos dos grupos criminosos rivais e de invasões da polícia.

O segundo capítulo tratará de revelar este lugar, situado numa área nobre da cidade, que surge a partir dos anos 30 e 40. O Santa Marta, campo de influência dos padres jesuítas do Colégio Santo Inácio, possui um histórico interessante no que tange à mobilização para a melhora nas condições de vida e habitação.

Na terceira parte deste trabalho apresento o surgimento do turismo em favela, e de forma específica, no Santa Marta. Uma atividade nada recente, o turismo se caracteriza pelo deslocamento para lugares onde o indivíduo não pode ser agregado de forma orgânica ao grupo que o acolhe, instituindo assim a figura do estrangeiro. Interessa-nos relevar que conflitos surgem nesta interação. Ainda nesta parte, mostraremos a criação de um grupo de guias moradores da favela Santa Marta. Através desta associação, buscam participação ativa no mercado turístico local, construindo diretrizes e regras de atuação, mas acabam estendendo-se para outros campos políticos da favela, reivindicando melhores condições de vida.

O epílogo é reservado à exposição “daquilo que não aconteceu” no Santa Marta. Rotulada como favela-modelo, serviços públicos essenciais continuam inexistentes, e quando muito, em péssimas condições na sua oferta. Os conflitos resultantes da tentativa de se estabelecer normas formais de uso destes serviços sobre regras já existentes nas

práticas consuetudinárias, dão provas de que pouco mudou na relação da administração pública com os moradores desses lugares, ainda marcados com a imagem de cidadãos de segunda classe.

O turismo em favela como objeto de pesquisa empírica permite, ao meu ver, discutir todas essas questões referentes aos conflitos que aparecem em um novo contexto das favelas cariocas. A princípio, pode não parecer frutífera qualquer tentativa por esse campo da ação coletiva. Entretanto, como diria Bourdieu, “há lucros científicos ao se estudar cientificamente objetos indignos”², sobretudo no âmbito da cidade do Rio de Janeiro, com sua antiga e pretensa “vocação turística”.

² Cf. BOURDIEU, Pierre. “Alta costura e alta cultura”. In: BOURDIEU, P. Questões de sociologia. Rio de Janeiro: Marco Zero. P. 154-161

O Santa Marta "ocupado"

1.1 A ocupação

Os moradores do Santa Marta acordaram, no dia 19 de novembro de 2008, com a favela ocupada por 130 policiais militares do Batalhão de Operações Policiais Especiais. Apesar da situação não ser tão incomum na rotina de grande parte da população que mora nesses espaços da cidade, ela possuía uma especificidade que causava certo estranhamento. A ocupação militar que começou às 5:30 da manhã e tinha se instalado com o intuito de permanecer por tempo indeterminado.

A possibilidade de permanência da polícia na favela começou a despertar a atenção da imprensa carioca, e nos dias que se seguiram à ocupação, algumas reportagens mostravam os resultados imediatos da ação. O editorial do principal jornal impresso carioca já esquadrihava o que entendia ser uma oportunidade para a "retomada de áreas dominadas pelo crime", dando o primeiro passo para "a ocupação definitiva dessas áreas através da oferta de serviços públicos"³.

Outro ponto destacado nos jornais foi a valorização imobiliária logo nos dias seguintes à operação policial. *O Globo* traz uma matéria no dia 1º de dezembro intitulada "O valioso metro quadrado das favelas". Com vários exemplos de localidades que passavam por intervenções do Programa de Aceleração do Crescimento⁴, a reportagem diz que com o valor de algumas indenizações feitas pelo programa federal, os moradores poderiam comprar apartamentos nos bairros de Laranjeiras e Catete, o que, na visão do

³ "Editorial", *O Globo*. p. 6. 03/12/2008

⁴ O Programa de Aceleração do Crescimento é um programa federal de investimento em infraestrutura em várias áreas como infraestrutura social, urbana, logística e energética. Ver em <http://www.pac.gov.br/sobre-o-pac>. O chamado PAC Favela, do Ministério das Cidades, conta com investimentos de grande vulto sobretudo em mobilidade e habitação em alguns dos maiores assentamentos populares da cidade do Rio, como o Complexo do Alemão, Mangueiras, Jacarezinho, Mangueira, Rocinha, dentre outros

jornal, levantaria suspeitas de uma inflação em andamento no mercado imobiliário das favelas.

Especificamente no Santa Marta, as mudanças no mercado imobiliário do entorno também se deram imediatamente. No bairro de Botafogo, por exemplo, corretores avaliavam um crescimento de 25% a 30% na procura por apartamentos⁵.

A operação, nesse sentido, teria expulsado o tráfico de drogas do Santa Marta - mesmo que houvesse dúvida sobre a longevidade da ação⁶. O notícia da ocupação policial definitiva era dada sob a perspectiva de outra experiência semelhante ocorrida na favela Tavares Bastos, no bairro do Catete. Contígua à sede do BOPE, inaugurada no ano de 2000, a favela era identificada como "livre de bandidos", pela proximidade com o batalhão de elite da polícia militar do Rio. Antes da ocupação do Santa Marta, a favela Tavares Bastos contava com algumas iniciativas de estrangeiros, como por exemplo o hotel The Maze Inn, aberto em 2005 por um jornalista britânico⁷.

O anúncio do secretário de segurança pública de que a sede do novo posto da PM no Santa Marta seria instalada no prédio construído no governo Rosinha Garotinho para ser uma creche, causou mal estar nos moradores. Destinada a atender crianças de até 4 anos, foi inaugurada 2 vezes; mas nunca funcionou em razão da violência. Os moradores argumentavam que esta seria a oportunidade de colocar em funcionamento a instalação, já que a favela não contava com creche que atendesse essa faixa etária.

Entretanto, o imóvel situa-se em local estratégico dentro da logística militar empregada na ocupação. Localiza-se na entrada pela parte de cima da favela, acesso pelo qual se chega desde o bairro de Laranjeiras, através da Rua Osvaldo Seabra. Ao lado do prédio há uma grande escadaria que termina no campinho de futebol do Pico. Este local foi cenário, durante a situação de domínio territorial por parte do tráfico, de inúmeros conflitos, tanto nas invasões de grupos rivais que tinham o intuito de tomar o território do grupo estabelecido, quanto nas operações policiais. O lugar da futura sede da UPP local tem, além do fator estratégico-militar de ocupar uma das entradas da favela e se

5 Cf. "Ação no Dona Marta aquece mercado imobiliário". O Globo. p. 17. 21/12/2008

6 Cf. "Uma favela sem tráfico. Até quando?". O Globo. capa. 03/12/2008

7 Cf. "Jornal Britânico recomenda favela do Rio", *site* do Jornal Folha de SP; 24/11/2007:

<http://www1.folha.uol.com.br/bbc/2007/11/348314-jornal-britanico-recomenda-hotel-em-favela-do-rio.shtml>. Acessado em 15/04/2014

estabelecer no ponto mais alto, obtendo vantagem de observação, um significado simbólico importante, pois o local também era de domínio intenso do tráfico, que se utilizava dessa posição privilegiada para fazer dali uma base estratégica.

Como os jornais insistiam em dizer, a entrada da PMERJ de forma definitiva no Santa Marta também deveria ser uma oportunidade do governo de “restabelecer a ordem pública”. A resposta da PMERJ, no momento inicial, foi realizar apreensões de motos roubadas, máquinas caça-níqueis, drogas e armas. Além disso, uma central de distribuição informal de sinal de Tv à cabo - popularmente conhecida como “gatonet” - foi fechada.

O período de um mês compreendido entre a ocupação policial de 19 de novembro e a inauguração da UPP foi caracterizado por um clima de tensão e desconfiança por parte dos moradores. Ao mesmo tempo que já se delineava o programa do governo a partir da instalação da unidade no Santa Marta, não era possível prever que alcance a iniciativa poderia ter, mas sobretudo como seria a atuação do contingente de policiais destacados para “ocuparem” a favela 24 horas por dia.

1.2 O surgimento da 1ª UPP

Após exatamente 1 mês da ocupação, era inaugurado o Posto de Policiamento Comunitário do Santa Marta - que depois irá se chamar Unidade de Polícia Pacificadora. O evento de lançamento do Posto (que acabou instalado no prédio da creche não inaugurada) contou com a presença do governador e secretário de segurança, além do prefeito eleito Eduardo Paes. Foi anunciado que um contingente de 120 homens com formação em policiamento comunitário faria o patrulhamento da favela, e que outros lugares estariam planejados para receberem a iniciativa, o que, segundo o governador Sérgio Cabral, permitiria "a entrada de serviços públicos"⁸.

Uma jovem oficial da PMERJ, a Capitã Pricilla Azevedo foi escolhida para o cargo de comandante da tropa destacada para o novo Posto Policial. A capitã comandaria a UPP Santa Marta até o ano de 2010, mas a fama que adquiriu por essa atuação

8 "Dona Marta ganha posto da PM". *O Globo*. p.21. 20/12/2008.

repercute até hoje. Era conhecida por ter prendido os sequestradores que a raptaram no ano de 2007 após ter fugido do cativo. Mais tarde receberia o Prêmio Internacional Mulheres de Coragem 2012. Concedido desde 2008, o prêmio “reconhece anualmente mulheres do mundo todo que demonstraram liderança e coragem excepcional na defesa dos direitos e do empoderamento das mulheres, muitas vezes com grande risco pessoal”⁹

Além dos vários prêmios conquistados pela oficial da PMERJ, seu comando na unidade lhe renderia destaque profissional na carreira policial. Dois anos após ter assumido o comando da UPP Santa Marta, quando já havia sido promovida à patente de Major, Pricilla Azevedo ficaria responsável pela coordenação do programa das UPPs, deixando o comando da unidade nas mãos do Capitão Andrada, e assumindo a Superintendência de Planejamento Operacional da Secretaria de Segurança Pública.

A localização do Santa Marta também se faz estratégica no que concerne a uma política de segurança pública. Contíguo ao Palácio da Cidade, que já foi sede da embaixada britânica até 1960¹⁰, e depois cedido ao governo municipal para ser sua sede até 1982¹¹, exigia que o policiamento tivesse resultados positivos.

O “processo de pacificação”, como passou a ser chamado algum tempo depois, foi inspirado em alguns exemplos de policiamento de outras partes do mundo considerados bem sucedidos, e em muitos países o policiamento de proximidade foi visto como a solução para os problemas da segurança pública.

Buscava-se criar outro tipo de relação entre os policiais e a população local, através da aproximação entre eles, no intuito de se romper com o histórico violento da

9 ”MAJOR PRICILLA AZEVEDO, DA PM DO RIO, GANHA PRÊMIO INTERNACIONAL MULHERES DE CORAGEM 2012”. Site da PMERJ: h

<http://www.rj.gov.br/web/seseg/exibeconteudo?article-id=813294>, acessado em 15/04/2014.

Outras premiações concedidas à policial: “Ela é a policial com o cargo mais alto no programa das UPPs, e a primeira mulher a ocupar uma posição estratégica na Superintendência de Planejamento Operacional da SESEG. Ela já recebeu condecorações das Câmaras de Vereadores das cidades do Rio de Janeiro, Tanguá e Itaboraí. Ela também foi premiada com a Medalha de 50 Anos da Força Brasileira das Nações Unidas. Em 2009, a Revista Veja deu à Major Pricilla o Prêmio de Personalidade do Ano, com o título de “Defensora da Cidade” (idem)

¹⁰ Não à toa, a Rainha Elizabeth II visitou a favela em 1968 para a inauguração de uma escola.

¹¹ Em 1982, a sede do governo municipal foi transferida para o Centro Administrativo São Sebastião. Por ter sido construído na antiga zona do mangue, famosa local de prostituição, o seu prédio foi apelidado de “Piranhão”.

atuação policial nas favelas. Como dizem Mello e Cunha, “para as práticas operativas destinadas à segurança pública, desejar certa eficácia requer criar um sentimento de confiança entre a polícia e os cidadãos”. (MELLO; CUNHA. 2013, p. 131)

É preciso destacar a utilização do termo “pacificação” embutido no programa de policiamento das favelas. Este termo, de certa maneira, acaba por revelar o seu oposto, a relação implícita entre os dois. A metáfora da “guerra ao crime”, destacada por Machado da Silva (2010), expressa a representação construída sobre esses espaços, que estariam sob a existência de um conflito deflagrado na disputa entre traficantes pelo domínio de seus pontos de venda de drogas.

O termo cunhado para esta política pública específica revela como a questão do combate à criminalidade violenta foi tratada historicamente e, sobretudo, como ela surge:

Tal destaque denuncia a estratégia que orientou o padrão de abordagem policial nesses espaços: o combate ao tráfico de drogas e às facções criminosas, que apresentaram expressivo crescimento nas últimas décadas e trouxeram consequências desastrosas para seus moradores. A pretensão, portanto, seria levar a “paz” aos territórios antes dominados pela “guerra”, na qual, diga-se de passagem, a polícia sempre teve participação ativa, como é evidenciado pela crônica jornalística e por dados estatísticos sobre a violência no Rio de Janeiro.” (MELLO; CUNHA, 2011)

De fato, as comparações não se restringem ao âmbito simbólico do termo. O processo de pacificação das favelas é comparado com as missões de paz da ONU em países em crise humanitária¹², reforçando aquela metáfora, e fazendo parte do planejamento estratégico-logístico de ocupação desses lugares.

O chamado *Peace Enforcement* seria comparável à ocupação militar inicialmente feita pelos grupos de elite da polícia. Segundo o próprio *site* da ONU, o *Peace Enforcement* “envolve a aplicação de uma série de medidas coercitivas, incluindo o uso

12 No 1º Seminário de Turismo e Cultura da UFF em janeiro de 2013, o tenente-coronel Cândido, à época no BPTUR, apresentou essa comparação, explicando as determinadas fases do processo.

da força militar”¹³.

O segundo momento, ainda de acordo com essa comparação, que seria a instalação da UPP, tem as mesmas características do chamado *Peace Keeping*. As operações de *Peace Keeping* seriam “implantadas para apoiar a implementação de um cessar-fogo ou acordo de paz”¹⁴, no sentido de garantir que na relação entre os lados envolvidos no conflito possa haver um espaço de negociação.

O terceiro momento, chamado de *Peace Building*, significaria a construção de bases sólidas para a resolução dos conflitos de forma institucionalizada, dentro dos parâmetros jurídicos e estatais adequados. Esta fase é imediatamente anterior do que poderia se considerar um “estado de paz”. Busca-se, portanto, a “sustentabilidade” deste estado através do desenvolvimento de condições estruturais para tal.

O *Peace building* tem como objetivo reduzir o risco de cair ou recair em conflito por meio do fortalecimento das capacidades nacionais em todos os níveis de gestão de conflitos, e estabelecer as bases para a paz e o desenvolvimento sustentável. É um processo complexo e de longo prazo de criar as condições necessárias para uma paz sustentável. As medidas para a construção da paz visam questões centrais para efeito do funcionamento da sociedade e do Estado, e procuram melhorar a capacidade do Estado de realizar de forma eficaz e legítimo as suas funções principais.¹⁵

Comparações à parte, para além de indicarem uma concepção militarizante do Estado nesses espaços, as comparações também indicam que a implementação dos

13 “Peace enforcement involves the application of a range of coercive measures, including the use of military force.” site da ONU, acessado em 29/04/2014: <http://www.un.org/en/peacekeeping/operations/peace.shtml>

14 “While UN peacekeeping operations are, in principle, deployed to support the implementation of a ceasefire or peace agreement, they are often required to play an active role in peacemaking efforts and may also be involved in early peacebuilding activities.” (idem)

15 “Peacebuilding aims to reduce the risk of lapsing or relapsing into conflict by strengthening national capacities at all levels for conflict management, and to lay the foundation for sustainable peace and development. It is a complex, long-term process of creating the necessary conditions for sustainable peace. Peacebuilding measures address core issues that effect the functioning of society and the State, and seek to enhance the capacity of the State to effectively and legitimately carry out its core functions.” (idem)

serviços públicos urbanos essenciais implicariam na dissolução progressiva do poder do tráfico de drogas, que até então controlavam seu território através de fronteiras bem definidas. Os serviços públicos, tais como saneamento básico, fornecimento de energia elétrica regular, o reconhecimento dos logradouros e, por conseguinte, dos endereços das moradias nas “favelas pacificadas”, seriam elementos de um processo quase que terapêutico desses espaços, o que, ao cabo, representaria a “consolidação da paz”.

Entretanto, a “acumulação social da violência”, como irá definir Michel Misse em vários de seus textos que discuto a seguir, é o resultado de processos mais complexos que fazem parte da relação dos aparelhos estatais repressivos com as favelas, e que acabaram por instituir alguns circuitos de trocas assimétricas bem específicas. Como veremos mais adiante, as “mercadorias políticas”, os “processos de incriminação” e o caráter territorial que aquela relação instituiu criaram as condições para o surgimento de um “bazar” bem característico (MISSE, 2002) como veremos mais adiante.

Além disso, as operações policiais nas favelas sempre foram marcadas pela atuação arbitrária da polícia na relação com os moradores, que “não eram reconhecidos como cidadãos de direito; ao contrário, eram tratados como bandidos em potencial que colocavam a sociedade em perigo. Recaiá particularmente sobre a população mais jovem o peso da discriminação que os estigmatizava como delinquentes potenciais” (MELLO; NEIVA. op. cit.).



Foto 1: A UPP vista por quem chega pelo bairro de Laranjeiras, via Rua Osvaldo Seabra. (Foto do autor)



Foto 2: Sede da UPP vista a partir do Pico, região mais alta da favela. (Foto do autor)

1.4 A favela como cenário de operações militares: as aduanas urbanas

Antes de se transformar na “favela modelo”, a Santa Marta ficou conhecida por um evento traumático na sua história, e que acabou simbolizando um período de aumento da violência urbana no Rio de Janeiro na década de 80, notadamente relacionado ao tráfico de drogas. Os holofotes da mídia do país se concentraram na “batalha do Morro Dona Marta”, e suas personagens antagônicas principais, Zaca e Cabeludo, acabaram estampando as capas dos jornais durante mais de uma semana.

O tráfico de drogas local foi controlado durante muitos anos por Pedro Ribeiro. Seu filho, Pedro Ribeiro Filho, o “Pedrinho Perereca”, o sucedeu na chefia do negócio ilícito, mas não ficou por muito tempo à frente do mesmo. Considerado “despreparado” para a função, Perereca foi morto. Seu braço-direito, Zacarias Gonçalves Rosa Neto, o Zaca, ex-policia militar, assumiria o controle da venda de drogas em seu lugar.

Não demorou muito para sua chefia ser desafiada por outro grupo interno rival, liderado por Cabeludo, Emilson dos Santos Fumero, que começou a disputar com Zaca o controle do tráfico de drogas local. Os dois grupos estavam divididos internamente em pontos de venda distintos - Zaca dominava as “bocas de fumo” da parte alta, e seu adversário mantinha o controle dos pontos da base do morro.

No dia 20 de agosto de 1987 teve início a batalha que se estenderia durante os sete dias seguintes. Durante a noite, foram ouvidos vários tiroteios, e o indício de que seria uma batalha sangrenta foram os dois corpos encontrados no interior de uma Brasília próximo à favela no Largo dos Leões, no bairro do Humaitá. Integrantes da quadrilha de Cabeludo, os homens encontrados mortos eram o saldo do primeiro dia de confrontos.

No dia seguinte, numa sexta-feira, os tiroteios continuaram, e a Polícia Militar decidiu tomar a iniciativa de invadir o morro, para vasculhar e efetuar prisões de suspeitos relacionados com o ocorrido. Foi descoberto o “paiol” da quadrilha de Cabeludo, com uma quantidade considerável de armas e uma balança de precisão, para

embalagem de drogas. Três traficantes foram presos nas redondezas do Santa Marta.

Entretanto, a ação da polícia não deteve a disputa entre os grupos rivais. Os tiros voltaram a assustar os moradores do morro e de Botafogo. No dia 22, muitos moradores começam a abandonar suas casas com os pertences que conseguem carregar: colchões, malas de roupas, etc. A polícia invade novamente o Santa Marta, com o apoio de dois helicópteros, decidida a acabar com a “guerra” instaurada há três dias.

O grupo de Cabeludo, baseado em seu “posto de comando” na lanchonete Guerreiro, no final da escadaria da entrada da favela, em frente ao antigo DPO abandonado, fazia uma triagem das pessoas que subiam ou desciam o morro, no intuito de encontrar aliados do grupo rival, e assim decidir pela sua passagem ou não. A já existente aduana do ponto de venda de drogas havia intensificado o controle dos fluxos neste momento de crise.

A “batalha” se mantém durante os dias que se seguem, embora a intensidade dos confrontos tenha diminuído. Alguns traficantes chegam a dar entrevista para jornalistas que cobriam o conflito. É dado o recado que “a guerra só vai acabar quando um dos dois líderes morrer” (ANTUNES, 1988. p. 18). O clima de guerra instaura uma crise nos gabinetes do executivo estadual, e o governador Moreira Franco convoca seus secretários de Polícia Civil e Polícia Militar para encontrarem uma estratégia para que o Estado retome o controle da situação.

A polícia consegue, no dia 26 de agosto, ocupar definitivamente o Santa Marta, e considera a ação um sucesso. Nenhum dos dois líderes é preso, não há apreensão de mais drogas, só há a prisão de integrantes do baixo escalão das quadrilhas, mas os tiroteios cessam, e o “morro estava em paz novamente”.

O evento da batalha no morro, entretanto, acaba abalando principalmente as autoridades policiais. Um dos presos na ação denuncia a atuação corrupta de diversos policiais do 2º BPM, que fica a menos de 100 metros da Praça Corumbá, principal entrada da favela. O traficante denunciara que muitas das armas usadas no confronto foram vendidas por esses policiais em troca de dinheiro e cocaína. Além disso, alguns apreendiam a droga com clientes de Zaca, extorquiam dinheiro destes, para depois revendê-la novamente ao mesmo.

O Globo noticiava no dia 27 de agosto: “Mais PMs presos do que bandidos do

Dona Marta”. Diversos indícios ligavam esses policiais militares às quadrilhas em “guerra”, como um caderno, o “gibi do Zaca”, com pagamentos a policiais do referido batalhão, a quantidade de drogas e armas que forneciam ao bando. Pelo seu passado na instituição policial, o líder da quadrilha que ocupava a parte alta do morro tinha uma relação próxima com alguns policiais, que inclusive trabalharam com o mesmo durante um tempo na polícia.

A extensa cobertura da imprensa durante os sete dias de confronto entre as quadrilhas é notável. Os principais jornais do país à época como *O Globo*, *Jornal do Brasil*, *Folha da Tarde*, *Folha de São Paulo* acompanharam de perto o desenrolar da “batalha”. O que nos interessa nesta cobertura de um evento tão violento na história da favela Santa Marta é a relação que pode ser feita com o contexto político social brasileiro, e mais especificamente da cidade do Rio de Janeiro.

Em seu artigo sobre a cobertura fotográfica das favelas pelo jornal *Correio da Manhã* em dois períodos distintos, Mauro Amoroso analisa como a imprensa tem a capacidade de trabalhar com as representações sociais relativas a esses lugares da cidade, remodelando-as de acordo com os panoramas de reorganização urbana pelos quais o Rio passava nestas duas épocas distintas. O pesquisador traz para a discussão dois casos: o desmonte do morro de Santo Antônio, na década de 1950 e a “erradicação da favela da Praia do Pinto”, na década seguinte.

A imprensa, em relação aos dois casos, realizara uma “cobertura do atraso”. Segundo o autor,

“há uma tendência à construção homogeneizadora de representações sobre as favelas e seu habitante, focada na precariedade moral e incapacidade de autonomia social”. (AMOROSO, 2012 p. 207)

A imprensa contribuiu, desta maneira, para a construção de representações sociais sobre as favelas como um lugar apartado da cidade, devendo ser extirpado de seu tecido, abrindo espaço para o progresso. Neste sentido, a favela se torna uma espécie de “bode expiatório”, servindo para absorver acusações por parte da sociedade dos problemas que atingiam a cidade como um todo. A partir do final da década de 70, início de 80, a violência passa a dominar as capas dos jornais de grande circulação da cidade do Rio, e

nelas as favelas aparecem como o reduto dos criminosos que devem ser caçados a qualquer custo.

Considerada até então uma sociedade majoritariamente pacífica, em que os crimes passionais e contravenções eram os principais exemplos de práticas criminais, causa espanto o aumento repentino de uma criminalidade ligada ao tráfico de drogas. Mesmo que haja um certo estranhamento neste processo, Michel Misse identifica causas bem objetivas para o crescimento deste tipo de criminalidade que passa a amedrontar os moradores das grandes cidades brasileiras, mas que deve ser visto sob a ótica do que ele denomina de a “acumulação social da violência”.

“Um dos processos fundamentais para que se compreenda a acumulação social da violência no Rio de Janeiro [...] envolve a existência recorrente e ampliada de dois mercados informais ilegais: um que transaciona mercadorias econômicas ilícitas e outro que, parasitando o primeiro, produz e transaciona o que chamo de 'mercadorias políticas'”. (MISSE, 2002, p. 12)

É interessante como os diversos mercados deste grande “bazar” se relacionam entre si. A droga é apenas uma das mercadorias criminalizadas, por sua alta taxa de lucro, vem atraindo maior número de agentes públicos para sua oferta. A expansão do mercado ilegal de drogas acontece, assim, *pari passu* à expansão da oferta das mercadorias políticas.

A mercadoria política se define pela apropriação privada de um recurso público, e pode assumir diversas formas. A corrupção policial, “que negocia a liberdade de criminosos comuns, contraventores e traficantes, é um exemplo de mercadoria política, produzida pela expropriação de um poder estatal, fazendo uso de recursos políticos, para a realização de fins privados” (idem, p. 5)

Misse chama a atenção para o que denomina de “expropriação privada do monopólio estatal”, praticada pelo agente público de segurança. Esta atuação se dá fora do controle legítimo do Estado, alheio às suas prerrogativas. A consolidação daquele mercado acaba por produzir uma intensa violência na sua realização. Segundo o autor,

“por estar mais exposto à sujeição criminal e por controlar menos recursos alternativos à violência como meio de operar o poder, e ainda por contar com mão-de-obra selecionada pela capacidade de emprego direto da força em situação de forte privação relativa, é um mercado que tende, ao mesmo tempo, a reproduzir amplamente a sujeição criminal e a estabelecer redes com as bases policiais e de agentes penitenciários, alargando a demanda de ‘mercadorias políticas’ e o número de agentes envolvidos – também com recurso à violência – em sua oferta.” (MISSE, op. cit., p. 7)

A relação entre estes mercados acaba por moldar territórios que devem ser protegidos pelos seus “empreendedores”:

“O caráter territorial-político-militar do comércio de drogas no Rio de Janeiro, que praticamente se confunde com os limites de centenas de comunidades urbanas pobres da cidade, transforma esses mercados ilícitos e seus efeitos de violência em ponto de convergência seja do sentimento público de insegurança, seja em foco privilegiado das políticas de segurança pública” (MISSE, op. cit.: 19)

1.4 A cidade dos *megaeventos* ou a cidade transformada em commodity

O cenário em que se inserem as UPPs é muito mais amplo. Os chamados megaeventos esportivos tem trazido para a Arena Pública¹⁶ diversos conflitos urbanos,

¹⁶ Cf. CEFAI, D.; MELLO, M. A. da S.; MOTA, F. R.; VEIGA, F. B. (orgs.). Arenas Públicas: por uma etnografia da vida associativa. Niterói: EdUFF, 2011. p.67-102.

sinalizando para a transformação da cidade em uma mercadoria no cenário internacional e administrada como uma empresa (Freire, 2012). O Rio de Janeiro, entre os anos de 2007 e 2016, sediou e sediará: os jogos Pan-Americanos (2007); Jogos Mundiais Militares (2011); Copa do Mundo de Futebol (2014) e os Jogos Olímpicos de Verão (2016).

Em campanha desde o ano de 2003, a Confederação Brasileira de Futebol conseguiu que a candidatura brasileira fosse a única no continente americano a concorrer pela eleição para receber a Copa do Mundo de 2014. Já em 2007, algumas inspeções foram feitas pela FIFA (*Fédération Internationale de Football Association*) nos estádios que concorreriam para sediar o evento, mas foi atestado que nenhum deles teria condições para tal. Após uma grande mobilização política, com promessas de que fossem construídos novos estádios, o país passou a ser o favorito na disputa. Em 30 de outubro de 2007, a escolha do Brasil como sede da Copa do Mundo de Futebol foi formalizada pela FIFA.

Em 2009, no dia 2 de outubro, na 121ª Sessão do Comitê Olímpico Internacional, que aconteceu em Copenhague, Dinamarca, o Rio de Janeiro foi eleito para sediar as XXXI Olimpíadas de Verão. O evento contou com a presença do Presidente da República, Governador do Estado do Rio e Prefeito da Cidade. Além de outras autoridades do governo e personalidades do esporte, a Capitã Pricilla Azevedo também esteve presente, representando a segurança pública. Antes mesmo de um ano comandando a UPP do Santa Marta, a oficial já havia se tornado um símbolo desta política pública, sinalizando a importante relação entre o programa das UPPs e os megaeventos que ocorrerão na cidade.

Não era a primeira vez que a policial participava de evento semelhante. Antes mesmo da formalização do Rio de Janeiro como sede das Olimpíadas de 2016, a Capitã já havia participado de uma sabatina com o Comitê Olímpico Internacional, reunido na cidade, que buscava subsídios para avaliar a candidatura do Rio, e respondeu a algumas perguntas do âmbito da segurança pública, sobretudo em relação ao cotidiano do “policciamento comunitário” do Santa Marta.

A favela Santa Marta, nesse sentido, se transformou em um símbolo importante do que as autoridades públicas planejavam para “adequar” a cidade às exigências do COI

e da FIFA. A noção de “cinturão de segurança”, colocada pelo secretário de segurança para explicar as escolhas dos lugares para instalação das UPPs merece ser destacado¹⁷. Ao contrário do que possa parecer, a estratégia de “pacificação” das favelas da cidade, segundo consta das declarações públicas dessas autoridades, relaciona-se diretamente com os lugares que sediarão os eventos esportivos e possuem infraestrutura de acolhimento ao turismo, como é o caso da Zona Sul da cidade¹⁸. O estádio do Maracanã (onde acontecerá o jogo final da Copa do Mundo), por exemplo, teve o seu “cinturão de segurança” fechado com a instalação da UPP Mangueira, em novembro de 2011.

Além dos eventos esportivos, a cidade passa a receber eventos internacionais de grande porte, o que exigirá a transformação do Rio em uma cidade própria para acolher seus visitantes. O incentivo para investimento na construção de novos hotéis e o aumento das vagas disponíveis, novas vias de transporte, a delimitação de lugares seguros para a estadia dos visitantes internacionais passam a ser medidas urgentes a serem tomadas pelo poder público.

Segundo a socióloga Giuliana Costa, diversos argumentos são colocados para justificar que uma cidade concorra para sediar tais eventos. Os principais se dão no âmbito econômico. Segundo a autora, esses benefícios consistiriam

“em atrair fluxos de capitais e de turistas antes, durante e depois dos jogos, nas consequências positivas das transformações urbanas relacionadas com a construção/melhoramento de instalações esportivas ou das infraestruturas gerais, na criação de serviços de telecomunicações eficientes, no impulso das economias locais, na maior oferta de emprego (especialmente em alguns setores como os da construção civil) e, no longo prazo, na disponibilização de baixos custos de transportes, graças à modernização das malhas rodoviárias e ferroviárias, além do aumento dos recursos destinados aos transportes público.” (COSTA, 2013, p. 162)

Dentre outros motivos trazidos para justificar essa disputa há a lógica da visibilidade que tais eventos concedem à cidade anfitriã. Costa diz que, dentro desse pensamento, sediar um megaevento acarretaria na “promoção da cidade no cenário

17 <http://www.copa2014.gov.br/pt-br/noticia/upp-no-complexo-da-mangueira-fecha-cinturao-de-seguranca-em-torno-do-maracana> acessado em 22/04/2014

18 O caso das UPPs da Cidade de Deus e Jardim Batan, na Zona Oeste do Rio, são exceção à regra. A primeira conta com um apelo simbólico, principalmente pelo alcance que o filme “Cidade de Deus” ganhou internacionalmente. A segunda é o único exemplo de domínio prévio de um grupo miliciano, onde dois repórteres do Jornal O Dia foram torturados em maio de 2008 pelo grupo que comandava o local.

mundial devido a sua capacidade de administrar um projeto complexo”, permitindo ao anfitrião uma “certificação para competir por outros eventos” (COSTA, 2013, p. 163).

Entretanto, as evidências empíricas mostram a outra face deste processo. A literatura discutida pela autora critica esta postura otimista em relação aos megaeventos, apontando que eles não apenas trazem pontos positivos, mas acabam deixando uma herança negativa: “os fluxos de turismo não aumentam o suficiente ou de maneira significativa; os eventos podem deixar uma percepção positiva relativamente modesta junto à população local; e acabam gerando custos muito maiores do que calculados no processo de candidatura¹⁹

O conceito de “legado social” tenta dar conta desses impactos positivos que poderiam repercutir em diversos aspectos da vida dos moradores da cidade anfitriã. Estes aspectos, tais como a “recuperação de áreas degradadas, a melhoria da estrutura viária e do transporte público, a geração de empregos e a atração de capitais proporcionada pela exposição mundial da cidade-sede” (FREIRE, 2013. p. 102), são usados como um instrumento retórico para a legitimação dos processos de renovação urbana, mas principalmente para não evidenciar os aspectos negativos e contraditórios dos megaeventos.

A primeira vez que essa expressão foi usada para se referir às consequências positivas dos investimentos que deveriam ser feitos na infraestrutura urbana deu-se nos preparativos para as Olimpíadas de Londres de 2012. A partir de então, o COI passa a utilizar o “legado social” como fator-chave no processo de avaliação das candidaturas (FREIRE, loc. cit.).

Os potenciais “legados” positivos restam, ao final, ofuscados por um processo perverso de remoções, direcionada à população mais vulnerável, e de especulação imobiliária, que se espalha por todo o tecido da cidade. Ainda segundo Freire,

“a remoção de assentamentos populares tem sido certamente um dos pontos mais sensíveis e polêmicos deste processo, sobretudo se levarmos em conta a complexa (e, por vezes, ambígua) relação que o poder público tem mantido com as favelas da cidade ao longo de mais de um século.” (2013, p. 103)

¹⁹ Para maior aprofundamento na discussão desta literatura, ver COSTA, 2013.

Ainda em relação ao sentimento otimista criado pela noção de “legado social” refere-se crescimento da “autoestima nacional”. Isso decorreria de algumas condições surgidas durante a candidatura e a preparação para o megaevento, sobretudo na grande visibilidade que o país passa a ter após ser escolhido como sede. Identifica-se, portanto, um “aumento do orgulho cívico da população local e nacional” (COSTA, 2013 p. 162).

No artigo “Pátria, Empresa e Mercadoria”, Carlos Vainer apresenta a consolidação de um tipo de planejamento urbano desenvolvido nas últimas décadas centradas no paradigma de gestão empresarial das cidades. Inspirados no chamado “modelo Barcelona”, planejadores urbanos, sociólogos, técnicos governamentais, arquitetos e urbanistas vêm difundindo este modelo de urbanização e gestão da cidade, o chamado “planejamento estratégico”. (VAINER, 2000. p. 75).

Contando com a atuação combinada de diversas agências multilaterais (BID, Habitat) e de consultores, sobretudo catalães, este formato de planejamento apontaria para a superação de problemáticas caras até então ao pensamento crítico sobre a *questão urbana*, preocupada com temas como “crescimento desordenado, reprodução da força de trabalho, equipamentos de consumo coletivo, movimentos sociais urbanos, racionalização do uso do solo” (VAINER, op. cit.: 76).

Entretanto, a *nova questão urbana* estaria centrada no problema da “competitividade urbana”. As cidades, então, deveriam: “competir pelo investimento de capital, tecnologia e competência gerencial; competir na atração de novas indústrias e negócios; ser competitivas no preço e na qualidade dos serviços; competir na atração de força de trabalho adequadamente qualificada” (World Economic Development Congress & The World Bank apud VAINER, op. cit.: 77). A cidade, como define o título do trabalho de Vainer, segundo o planejamento estratégico, deveria se estruturar sobre a paradoxal articulação de três analogias constitutivas: ela é uma mercadoria, uma empresa e uma pátria (idem).

Para a cidade ter possibilidades de competir no mercado internacional com outras cidades, é preciso que haja a promoção de uma imagem positiva dela e dos pontos que sejam atraentes aos investimentos. O “city marketing” concentra-se na criação de produtos que incorporem o momento de mudança pelo qual a cidade passa. Entre esses

produtos estariam “programa de construção de hotéis, campanhas promocionais mediante ofertas turísticas integradas, projetos culturais, venda de imagem de cidade segura e/ou atrativa, campanhas específicas de atração de investidores e congressistas, etc.” (BORJA apud VAINER, op. cit.).

É importante destacar esses pontos, mais especificamente a construção de uma imagem de “cidade segura”. Essa garantia de segurança, nos termos da cidade que busca por investimentos, não é direcionada a qualquer tipo de grupo social, mas um tipo específico de consumidor, chamado por esse planejamento de *visitante/usuário solvente*. A abertura para o mercado externo é claramente seletiva, sem que se espere a estruturação da cidade para o uso democrático do espaço público.

A seletividade de visitantes expressa na construção estratégica da cidade também destaca o perigo existente de “uma forte visibilidade da população de rua”. A pobreza, quando muito evidente, acaba por promover negativamente a cidade para os investimentos internacionais. O ambiente criado pela pobreza urbana “condicionam ou influem consideravelmente nas decisões dos agentes econômicos, na atratividade da cidade” (BORJA apud VAINER, op. cit.).

Este amplo processo de planejamento, neste sentido, forja um novo cenário em que as disputas políticas não se fazem mais possíveis. O consenso é reivindicado como fundamental para que o novo projeto de cidade seja efetivado. O planejamento estratégico exige e depende de que a cidade seja toda ela unificada em torno do projeto. Segundo o autor, “a instauração da cidade-empresa constitui, em tudo e por tudo, uma negação radical da cidade enquanto espaço político - enquanto polis” (VAINER, p. 91)

À medida que este planejamento vem sendo implantado, suas consequências, muitas vezes perversas, aparecem sob a forma de exclusão social no direito à cidade. Mello observa este processo de uma forma muito interessante. Para ele, está em curso um “processo de internacionalização dessas áreas para a realização de um capital imobiliário”. Há um panorama dentro do qual as cidades se transformam em um produto vendável no mercado internacional. Segundo o autor, “as cidades realmente estão se transformando em *commodities*.” (MELLO, 2010. p. 16)

O Santa Marta

2.1 A disputa pelo nome: Santa Marta ou Dona Marta?

No início da formação do Santa Marta, aparecem algumas personagens da história da favela e acabam por representar a vanguarda mobilizadora do associativismo local. O Pe. Velloso - que dá nome à principal rua da favela - é a figura representativa da estreita ligação dos moradores do Santa Marta com o Colégio Santo Inácio. Atilio Peppe, na sua dissertação de mestrado defendida em 1992, detalha a participação do Pe. Velloso na vida da favela, nos idos da década de 40.

O protagonismo do padre na vida social da favela é tão grande que chega a ter participação no batismo da localidade, quando começa-se a consolidar as primeiras casas ali. Em uma entrevista dada a Peppe, Pe. Velloso diz que, em uma missa realizada ao ar livre na favela, seu sermão que dizia "que eles moravam num lugar tão bonito, que nós devíamos fazer ali um lugar como o que Nosso Senhor vinha descansar em Betânia, na casa de **santa Marta**, a irmã de Lázaro. Então vamos chamar isso aqui a Favela Santa Marta, já que o morro é Dona Marta"²⁰ (PEPPE, idem).

O nome da favela, aliás, sempre foi objeto de confusões e disputas, dentro e fora dali²¹. Designa-se tanto pelo nome de Favela Santa Marta, Favela Dona Marta, ou mesmo de Morro Dona Marta. Há um interpretação corrente de que os evangélicos do lugar, em

²⁰ O livro de Lucas (caps. 9-10), Jesus inicia o caminho que o levaria a sua crucificação. Rumando a Jerusalém, decide descansar em Betânia, onde é acolhido na casa de duas irmãs, Maria e Marta: «Quando iam de caminho, entrou ele em uma aldeia; e uma mulher chamada Marta hospedou-o. Esta tinha uma irmã chamada Maria, a qual, sentada aos pés do Senhor, ouvia o seu ensino. Marta, porém, andava preocupada com muito serviço; e chegando-se, disse: Senhor, a ti não se te dá que minha irmã me tenha deixado só a servir? manda-lhe, pois, que me ajude. Mas respondeu-lhe o Senhor: Marta, Marta, estás ansiosa e te ocupas com muitas coisas. Entretanto poucas são necessárias, ou antes uma só. Maria escolheu a boa parte, que não lhe será tirada.» (Lucas 10:38-42). A perícopes é interpretada por Santo Agostinho, que entende que o significado está em Jesus aceitar humildemente ser servido por duas mulheres, deixando-as pensar que Ele precisava da ajuda delas. Mas, na verdade, elas precisavam ouvir seus ensinamentos e aceitar a sua Salvação.

²¹ Cf. MAFRA, Clara. "Drogas e símbolos: redes de solidariedade em contextos de violência. Nota de rodapé 4. In: ALVITO, Marcos; ZALUAR, Alba. "Um século de favela". FGV. 2006

razão de sua religião repudiar o culto de santos, optaria por chamar a favela de Dona Marta. Por outro lado, aqueles que não pertencem às religiões pentecostais e neopentecostais, acabam por designar a favela como Santa Marta que, como vimos, possui uma história ligada aos padres católicos que atuaram no lugar.

Outra confusão entre os nomes dados à favela trata-se do seguinte: o acidente geográfico que faz parte do Maciço da Tijuca foi denominado de Morro Dona Marta, designação que é reforçada pelo Mirante Dona Marta, ponto turístico importante da cidade, situado em seu cume. A mídia acabou por reproduzir essa confusão nas notícias que retratavam a violência do tráfico de drogas local, imagem essa veiculada pelo mundo todo, e que acabou reforçando essa designação. A favela, quando retratada pelo aspecto da violência do tráfico, ficou conhecida como Dona Marta.

Esse viés depreciativo encontrado nas notícias pode ser sutil, mas há uma interpretação trazida por Atilio Peppe que merece ser destacada. Para o autor, quando se denomina Favela Dona Marta, não há a consideração de que os próprios moradores redefiniram o nome da favela onde moram. Se a favela é chamada pelo mesmo nome do acidente geográfico que ocupa, significaria rejeitar a fixação dos moradores naquele lugar, e ainda, o não reconhecimento "da história própria de uma favela no morro Dona Marta, cujo agrupamento humano, desde a década de 40, acolheu e assumiu para si o nome de Favela Santa Marta" (PEPPE, p. 358). A autodenominação, finalmente, evocaria a reivindicação "do direito de reconhecimento jurídico e de autodeterminação cultural" perante a sociedade como um todo". (ibidem)

Tendo trabalhado diretamente ao lado dos padres jesuítas do Colégio Santo Inácio, Peppe acaba por valorizar moralmente a história de fundação da favela contada por esses padres e lideranças locais próximas a eles. O que não deixa de ser importante é a utilização dos dois diferentes nomes para a mesma favela, usados por distintos atores, com propósitos diversos, o que carrega consigo valores morais concorrentes. Como considerou Chombart de Lauwe, no estudo intitulado *Paris et l'agglomération parisienne*, "um bairro urbano não é determinado apenas pelos fatores geográficos e econômicos, mas pela representação que seus moradores e os de outros bairros têm dele". Essa dupla designação, por assim dizer, acarretou no decreto 28.674 baixado pela Prefeitura do Rio de Janeiro em 2007, que busca "dirimir" a confusão. (Ver anexo 7)

2.2 A favela como campo de mobilização: a influência dos padres do Santo Inácio

Nesta parte, faremos uma espécie de "etnografia histórica" do Santa Marta. Busca-se contar, através de certos eventos importantes transcorridos na favela, como surgiram mobilizações que reivindicavam melhores condições de vida aos seus moradores e como alguns atores externos acabaram contribuindo para este movimento de ascensão política no morro de um grupo de jovens engajados. O protagonismo neste cenário de alianças externas, sem dúvida, é de alguns padres jesuítas que trabalharam ativamente na organização comunitária nesse lugar, e assim deixaram marcas indeléveis na paisagem política local.

A Igreja Católica teve papel fundamental não somente no desenvolvimento das associações de moradores nas favelas cariocas. Como chamam a atenção em seu artigo Freire, Gonçalves e Simões, a Igreja foi responsável por transformar o “problema social” da habitação popular das grandes cidades no Brasil (como também na França) em “problema público”, além de ter tentado investigar suas causas, apontar culpados, imaginar estratégias de enfrentamento, e esboçar soluções para tal. A partir desse posicionamento, as favelas passam a fazer parte dos planos e ações políticas urbanas para além do simples “remocionismo”.

Sem querer esgotar esse assunto de suma importância para as pesquisas sobre as favelas cariocas, buscamos retratar, a partir de um caso específico, o problema do associativismo nesses lugares. Ao retomar um longo histórico de mobilizações e luta política (local e extra local), a etnografia do presente acaba por ganhar mais sentido, pois, como veremos, muitas iniciativas já apareceram ao longo da história das favelas, sem que nenhuma delas tenham obtido sucesso esperado. Ao final, essa análise histórica nos permite uma crítica mais refinada de políticas públicas que vez ou outra surgem como um *deus ex machina*, prontas a solucionarem o "problema favela" definitivamente.

Aqui propomos um diálogo com o trabalho de Atílio Peppe, sua dissertação de mestrado “O Associativismo e Política na favela Santa Marta (RJ)”, de 1992. Esse texto recupera um percurso interessante do associativismo no Santa Marta, desde sua tenra

formação, passando pelo seu trabalho de campo que inicia-se em 1977, chegando até 1991, quando tem fim sua etnografia.

A temática da participação popular é central no estudo de Peppe, e a descrição de como ela aparece nesse cenário de *privação crônica* desenvolve-se por quase todos os capítulos de sua dissertação. Peppe identifica dois tipos principais do associativismo local: o *tradicional (secular e religioso)* e o *novo associativismo local (N.A.L.)*

No Santa Marta identifica-se uma população considerável de migrantes, inicialmente do interior fluminense, e depois, de moradores advindos do Norte ou Nordeste do país. Esse tipo de ruptura parcial com sua origem, e uma forma parcial de integração à cidade, resulta na criação de um *caldo de cultura* ou *subcultura* favelada. O autor argumenta que a formatação diferenciada de recursos e problemas na população favelada acaba por desenvolver formas diferentes de pensar e comportar-se, baseado em uma formulação teórica representativa dos anos 1970. A *cultura favela* não seria nem cópia ou simulacro da cultura mais ampla das camadas abastadas, nem aquela a qual o favelado abandonou nas origens de onde emigrou.

Peppe chama a atenção para uma característica importante desse movimento associativo baseado em uma cultura tradicional - tanto pela sua antiguidade, trazida de fora da cidade do Rio de Janeiro, tanto em relação ao seu estilo. O Associativismo Tradicional teria ‘motivações estritamente culturais, recreativas e/ou religiosas, deixando num plano bem secundário as eventuais injunções de ordem propriamente política e econômica.’ (PEPPE, 1992. p. 77).

O chamado *Associativismo Secular Tradicional* é definido como um conjunto de “associações, de conteúdo mais ou menos informal, do tipo Família Silva, blocos carnavalescos, grupos de promoção de bailes e conjuntos de pagodes, times de futebol, associação de moradores, etc” (PEPPE, 1992. p.77)

Dentro desse tipo de associativismo, destaca-se o alto grau de influência da Família Silva. Originária do interior fluminense, o casal Silva chega na favela recém casados em 1954, onde já residia um de seus parentes (idem). Rapidamente consolidada no Santa Marta, o casal passa a construir o hábito de fazer de seu barraco ponto de encontro entre os mais diversos frequentadores internos e externos. Sua influência só é

comparada à conseguida pela do banqueiro do jogo do bicho local, Sr. Próculo Túlio, como também das famílias do narcotráfico da favela.

A Família Silva representava uma espécie de catalisador das atividades culturais locais, seus integrantes participando de praticamente todas essas manifestações. Peppe enumera as principais: “a Folia de Reis; o Bloco Carnavalesco Império do Botafogo; o Royal Futebol Clube; o conjunto de pagode Diamante Negro; o Grupo do Jornal Eco e a nova AMMSM - Associação de Moradores do Morro Santa Marta dirigida pela chapa azul.” (idem, p. 79).

Um dos empreendimentos que mais tiveram sucesso sob o protagonismo da Família Silva foi o bloco Império do Botafogo. Com ensaios em um pequeno espaço público na Pç. do Cantão (que ganhou o apelido de “quadra do Império”), tinha como presidente Zé Diniz. Com uma boa organização, o bloco baseava-se em várias alas montadas segundo os grupos de vizinhança do morro, sempre se destacando mais a “Ala do Atrevidos”, formada pelos moradores da área do barraco da Família Silva.

Um grupo de pagode, Diamante Negro, organizado por um dos filhos de Zé Diniz, alcançou celebridade, tocando em bares, clubes e rádios, sobretudo se ‘apresentando todos os sábados no programa Roberto Kely, na Tv Tupi’ (idem, p. 82)

Dentre as formas de associativismo secular, destacavam-se as expressões culturais do samba, como vimos, e a do futebol, com a organização de vários times. A proximidade da praia de Botafogo facilitava a organização de campeonatos com times locais, quando havia um verdadeiro evento coletivo entre as famílias e os amigos dos atletas que acompanhavam os times. Os melhores estruturados (com alguns chegando a ter estatuto, sede e associados) eram: o Noturno, o União, o Nascente Futebol Clube, o Esporte Clube Royal, com destaque para o último.

Essas organizações contavam com o suporte material de certos ‘padrinhos’, políticos ou líderes locais, que barganhavam o apoio eleitoral em troca de pequenos favores. Essa barganha era uma espécie de delegação tácita ao líder de cada associação, que sempre buscava os recursos para a manutenção das atividades, sem necessariamente haver ligações político-ideológicas estabelecidas entre os participantes. As articulações mudavam de acordo com interesses momentâneos. O autor destaca essa relação, pois sua questão refere-se à independência ideológica dos principais atores locais. A relação com

os políticos supralocais baseava-se em uma lógica clientelística, na qual só importava a troca direta de favores. (PEPPE, 1992. p. 84)

A favela Santa Marta, assim como outras tantas na cidade do Rio, viveu a organização de grandes mutirões entre grupos de moradores. Criando amplas redes de ajuda mútua para a autoconstrução, foi possível organizar e executar de maneira informal as obras que permitiram o crescimento das construções locais, tanto particulares quanto públicas. No caso das últimas, elas eram incentivadas e convocadas por algum agente ou associação religiosa.

O mutirão em obras de interesse coletivo era uma espécie de contrapartida a algum financiamento, que normalmente era um montante que só poderia ser investido com recursos de agentes externos. Um dos casos mais lembrados é a construção da enorme caixa d'água do Pico sob a direção do Pe. Hélio Simas. Segundo Peppe, esse tipo de mutirão “alterava as composições ‘espontâneas’ das redes internas de entreajuda, para criar novas redes, um tanto ‘artificiais’, mais institucionalizadas e controladas por alguém de fora”. (PEPPE, 1992. p. 85)

No outro tipo de mutirão, o chefe de família ou um líder local convocava parentes e amigos para o empreendimento, comumente ocorrido nos fins de semana. Aquele responsável pela convocação ficava automaticamente comprometido em retribuir a ajuda sempre que solicitado, uma dívida tácita com os convidados do mutirão. As mulheres ficavam dispensadas do trabalho pesado, mas responsabilizavam-se em preparar as bebidas e refeições para os colaboradores, além da limpeza pós-construção. (idem, p.86)

A constituição dos mutirões assenta-se em costumes das origens rurais dos favelados, que tiveram que recriá-los sob as condições de vida urbanas, para assim consolidar sua vida na cidade. Essas associações informais que os moradores encontravam como solução aos problemas estruturais da favela constituíram uma espécie de associativismo insipiente, pouco estruturado e espontâneo que, apesar da divisão do autor em *secular* e *religioso*, indiferenciam-se na prática em associativismo assentado em bases tradicionais.

A diferença que o autor identifica entre esses dois tipos de associativismo tradicional seria a precedência do tipo *religioso*, pois, o associativismo secular não poderia contar com um enraizamento e coesão social necessárias a seu desenvolvimento.

A associação entre os moradores até meados da década de 1950 só poderia se dar através da intervenção de atores externos, que seriam “catalisadoras dos fragmentos de identidades pessoais e familiares até então extremamente dispersos” (idem, p. 90).

O Santa Marta ocupa a encosta sul do Morro Dona Marta, que possui cerca de 350 metros de subida íngreme. Segundo Peppe, "da cota de 100 metros para cima, os domicílios penetram uma área de propriedade pública, vinculada à reserva florestal da Tijuca. Dessa cota para baixo, as edificações se assentam sobre um conjunto de oito terrenos particulares, desapropriados pela Prefeitura em 1989 para destinação social" (PEPPE, pp. 69).

O maior terreno privado esteve sob responsabilidade da imobiliária que administrava o espaço. Este terreno começava na Rua São Clemente e acabava na região das primeiras minas usadas pelos moradores da favela, que situam-se no meio do morro. A construção dos primeiros barracos se deu sob as copas das árvores, passando despercebidos de quem olhasse das ruas do bairro de Botafogo. Essa primeira ocupação só foi possível com a anuência do vigia contratado pela imobiliária.

Mesmo com essa estratégia dos moradores de não chamar muita atenção, a ocupação do terreno levantou preocupações à imobiliária e ao seu proprietário. Diante do risco de serem removidos de suas casas, os moradores recorreram aos membros da Congregação Mariana Nossa Senhora das Vitórias. Esses aliados dos moradores orientaram então aos moradores que recorressem à Prefeitura do Distrito Federal, a qual intercedeu no conflito com a promessa de desapropriação do terreno em favor dos favelados. A desapropriação do terreno de fato só ocorreria em 1989, mas esse movimento fez com que a imobiliária recuasse quanto à remoção dos barracos (PEPPE, pp. 107)

Alguns anos mais tarde, entretanto, a imobiliária fez uma nova investida contra os moradores (idem). E dessa vez, quem entrou na disputa em defesa dos ameaçados de remoção foram os advogados da mesma congregação. A estratégia adotada desta vez foi diferente, optando por uma alternativa à tese de que a remoção seria ilegal. Fizeram um levantamento do valor das inúmeras edificações já consolidadas no local, e propuseram um elevado valor de indenização aos moradores, o que fez a imobiliária recua de uma vez por todas.

A articulação com instituições externas à favela, mas ao mesmo tempo vizinhas a ela, sempre foi uma praxe das mobilizações desencadeadas no Santa Marta. A favela cresceu no encravada entre o Palácio da Cidade (embaixada da Grã Bretanha até 1960, e sede do governo municipal até a década de 80); o Colégio Santo Inácio e mansões de grandes empresários, como por exemplo um alto executivo da empresa de energia elétrica Light.

Dentre esses aliados, a instituição jesuíta, o atual Colégio Santa Inácio foi o protagonista nas alianças entre os moradores da favela, apoiando ou financiando várias de suas iniciativas coletivas. A origem do Colégio data da primeira década do século passado. Primeiramente um Externato fundado em 1903, o Colégio passou por diversas reformas e ampliações durante suas primeiras décadas de existência, quando alguns de seus trabalhadores já haviam erguido seus barracos no morro. A importância ultrapassa a proximidade entre a favela e o colégio, sendo primordial a participação de seus padres na construção do associativismo no local, como também nas obras sociais mantidas pelo colégio para os moradores do Santa Marta.

No mesmo espaço do Colégio, na década de 40, foi criado o embrião do que se tornaria mais tarde a Pontifícia Universidade Católica (PUC-Rio), denominada à época de Faculdades Católicas do Rio de Janeiro. Esse contato proporcionou a participação de muitos universitários nas iniciativas locais, com a contribuição técnica para pequenas obras de melhoramento da estrutura da favela.

Além disso, é importante ressaltar o capital simbólico que a aliança com tal instituição proporcionava para as mobilizações locais. O Colégio Santa Inácio também abrigava a Congregação Mariana de Universitários Nossa Senhora das Vitórias, que contava com inúmeros integrantes de classes mais abastadas da cidade. Como veremos mais tarde, esses congregados irão participar diretamente dos projetos de reurbanização da favela.

A ASIA (Associação de ex-alunos do Colégio Santo Inácio), fundada em 1932, foi o principal braço da instituição com atuação no Santa Marta. Segundo seu site disponível na internet: *"Sua principal área de atuação é a Comunidade Santa Marta, no Morro Dona Marta, que fica nos arredores do Colégio Santo Inácio. Estava assim retomada a proposição que marca a formação dos alunos dos colégios jesuítas:*

“Homens e mulheres para os demais”. (<http://www.asiarj.org.br/>, acessado em 27/03/2014).

2.3 A ascensão e queda do “Novo Associativismo Local”

A aliança com instituições católicas no início da ocupação da favela não se resumiu ao Colégio Santo Inácio propriamente dito. Outras mobilizações dos moradores por melhorias na condição de vida tiveram suporte de outros braços da Igreja Católica, mesmo que sempre muito próximos à atuação dos padres jesuítas do Colégio. A iniciativa de eletrificação direta e de construção da rede informal de água é também exemplo significativo desse apoio.

A mobilização, no início dos anos 50, reivindicava a instalação de uma cabine de energia elétrica na base do morro, com capacidade de fornecimento para 400 domicílios. A partir daí, a rede elétrica para o restante da favela seria instalada pelos próprios moradores, com apoio de benfeitores externos (PEPPE, pp. 108). A compra dos postes e outros equipamentos foi feita pelos próprios moradores, através de contribuições ao valor total. Como mais um exemplo de articulação com agente externos ligados às instituições católicas vizinhas à favela, a instalação dos equipamentos foi feita pela empresa IMACO, cujo presidente integrava a Congregação Mariana.

Com a rede informal instalada nos barracos da favela, era preciso que a cabine fosse gerida por alguém ou alguma entidade (nessa época, era proibida a instalação elétrica em barracos). A PONSÁ (Pequena Obra de Assistência Nossa Senhora Auxiliadora) assumiu inicialmente essa responsabilidade. Esse tipo de atividade acarretou alguns conflitos pela desconfiança que ela traz, o que poderia desgastar a imagem assistencial que a instituição almejava. Consequentemente, essa incumbência foi transferida para o Círculo Operário Católico da localidade, que por sua vez ajudaria a formar a Comissão de Luz do Santa Marta, e posteriormente, a fundar a AMMSM (Associação de Moradores do Morro Santa Marta). Falaremos mais tarde do surgimento da AMMSM.

Outra importante mobilização deste período na história da favela refere-se à rede informal de água. Neste momento, surge na favela outra personagem que terá

reconhecimento por parte dos moradores em razão de suas atividades com os moradores. O Pe. Hélio Simas, que chega no Santa Marta para substituir Pe. Velloso no Círculo Operário Católico local, passa a mobilizar a população e articular com atores externos a construção de uma caixa d'água na parte alta da favela. Somado a isso, era preciso construir uma grande rede de distribuição para atender os barracos do morro.

A caixa d'água foi construída sob a Capela Santa Marta, com capacidade de 20 mil metros cúbicos. Essa construção só foi possível com o articulação de Dom Hélder Câmara junto a uma empresa de caminhões alemã. Para a consecução do projeto, era preciso que se fizesse uma ligação com a rede formal abastecimento, para alimentar a caixa d'água. Isso seria resolvido, segundo Peppe, através de um "arranjo extra legal", articulando com um "alto funcionário da CEDAE, filho da presidente da PONSÁ, (...) que fosse ligada a rede oficial de Laranjeiras a uma bomba elevatória, na base do morro, que abasteceria a caixa d'água construída no pico da Favela, de onde se ramificaria a rede interna de distribuição" (PEPPE, pp.109).

Ainda segundo o autor, o Pe. Hélio não se restringiria simplesmente à articulação local com atores externos, mas também era reconhecido por "colocar a mão na massa". Peppe ressalta que, durante os mutirões para a construção da caixa, o padre era visto carregando materiais morro acima, e que chegou a ficar doente por isso. O reconhecimento dos moradores veio depois, quando do projeto de urbanização e emplacamento das ruas internas do Santa Marta, uma delas foi batizada de Padre Hélio - ao Pe. Velloso também foi reservada essa homenagem.

A vida associativa na favela Santa Marta então se constituiu sob bases informais e espontâneas. Um dos sinais claros desse protagonismo na dinâmica social da favela foi a falta de institucionalização que a AMMSM teve desde sua fundação até o início dos anos 1980. Fundada em 24/10/1965, a associação limitava-se a regular o acesso precário ao serviço de energia elétrica da favela junto à Comissão Estadual de Energia - CEE.

A fundação da entidade deveu-se à mobilização de alguns favelados e outros apoiadores externos. A composição do grupo contava com participantes dos Círculos Operários Católicos (animados pelo Pe. Velloso), alguns militantes político-partidários e comerciantes locais (*birosqueiros*). (PEPPE, p.86)

Antes regulada pela PONSÁ, o serviço de energia elétrica acabou por transformar a AMMSM em uma simples Comissão de Luz, que era centralizada por um morador e atrelada à CEE. Além desse serviço, a AMMSM habitualmente cumpria outras tarefas, segundo Peppe: “recepção e distribuição das correspondências nos barracos dos moradores; controle das construções; compras e locações de barracos; serviço interno de autofalantes para avisos e diversos tipos de mensagens, etc.” (PEPPE, p. 86)

Desta associação não era exigido nenhum tipo de legitimação eleitoral, pois bastava que um ‘líder’ tomasse a frente do empreendimento, contando com o trabalho de dois ou três funcionários que fizessem a manutenção do serviço, bem como a cobrança individual das taxas de iluminação (e posteriormente de água) da favela.

Após um período de grande número de formação associativa em favelas no Rio de Janeiro, a década de 1970 representou um arrefecimento da criação bem como do próprio funcionamento destas associações. Segundo estudo de Eli Diniz, cerca de 42% das 175 associações de moradores de favelas existentes em 1980 foram fundadas entre 1960-67 (DINIZ apud PEPPE, p. 87). Este movimento teria sido resultado de uma política de estímulo e suporte inaugurada pela SERFHA - Serviço Especial de Recuperação das Favelas e Habitações Anti-Higiênicas, criada em 1956. A AMMSM é um exemplo desse movimento.

Já o período pós-1970 representou uma queda brutal na atuação e dinamismo da AMMSM, o que, segundo o Atílio Peppe, significou a consequência direta do “fenômeno geral de retraimento do associativismo, cerceado pelo contexto de repressão política que assolava o país.” (PEPPE, p. 88)

O contexto encontrado em 1978 na favela Santa Marta, por outro lado, parece dar provas de mudanças no âmbito da mobilização política e associativa. Esse é o ano do primeiro número do Jornal Eco, e sua atuação crítica e estimulante para a mobilização dos moradores da favela representa um novo panorama nas dinâmicas de poder local. Esse movimento foi possibilitado, de certa forma, pela contexto macro político insurgente, a chamada “abertura política” do final da ditadura militar, e o surgimento de uma geração instruída de moradores com condições de posicionamento político crítico, como veremos mais adiante.

Como já expusemos, o associativismo no Santa Marta surge na confluência entre atuações políticas de padres jesuítas da igreja católica ligados mais especificamente ao Colégio Santo Inácio; somadas às expressões culturais locais, com características tradicionais e traços rurais manifestados no ambiente urbano, moldando uma espécie de “*subcultura comunitária*”. (PEPPE, p. 103).

O autor argumenta que essa *subcultura* é gestada no entrelaçamento de três linhas de força: a experiência vivida da comunidade de fato; a comunidade como ideal ética de sociabilidade; e a comunidade enquanto ideologia mobilizadora de vivências comunitárias concretas, que esconderiam fenômenos ‘a-comunitários’ de desagregação. (ibidem)

A vivência de experiências comunitárias, nem que seja no plano da “comunidade como ideal ético de sociabilidade”, foi forjada a partir de eventos de mobilização coletiva que reivindicavam melhorias estruturais na favela. Houve também alguns eventos externos que acabaram por formar a unidade interna de certo grupo de moradores, contribuindo para a sua mobilização coletiva.

Muito embora ela não tenha surgido de forma autônoma, como expressão independente de um, segundo Peppe, “comunitarismo inato” dos moradores pobres da favela - todos esses movimentos reivindicativos tiveram participação e dependeram muito da iniciativa de agentes externos - eles expressavam a mudança das dinâmicas políticas internas que o Santa Marta experimentou no final dos anos 1970.

As principais mobilizações vieram da necessidade dos próprios moradores se organizarem para melhorias na infraestrutura da favela, como aconteceu no caso da construção da rede informal de luz e de água.

Com a rede informal de energia instalada, no início dos anos 1950, coube à PONSA administrá-la, pois era necessário uma associação que gerisse sua distribuição para os barracos. Logo depois, o encargo foi transferido para o Círculo Operário Católico, que depois ajudaria a formar a Comissão de Luz do morro, como também a fundar a AMMSM em 1965.

Todas essas mobilizações dão prova de uma característica essencial desse período anterior ao Grupo Eco: a precariedade das condições de moradia e o risco de remoção dão o tom das mobilizações incentivadas e organizadas por padres jesuítas da localidade, com

o apoio de personalidades externas influentes, tendo os moradores como meros coadjuvantes na maioria das vezes. Essa condição de falta de protagonismo irá mudar a partir da formação de um grupo político, que se propõe a uma renovação do associativismo local.

Como dito anteriormente, a condição de vida do morador da favela Santa Marta foi objeto de intensa mobilização no final dos anos 1970. A AMMSM encontrava-se em estado de esvaziamento político, ainda mantendo as características burocráticas de "comissão de luz", enquanto as casas da favela ainda padeciam de falta de serviços urbanos básicos.

O aspecto da favela Santa Marta no ano de 1977 é descrito assim pelo IPLANRIO²² (órgão da Prefeitura responsável na época pelo mapeamento da cidade):

"A grande maioria dos barracos, numa proporção aproximadamente 80%, estava construída com madeira de sucata e o seu estado de conservação é ruim. Em menor parte, também em mau estado de conservação, estão os barracos de estuque, e por último vem as casas de alvenaria, com um estado de conservação regular. Na parte inferior da Favela é que se encontram as casas em alvenaria. As sapatas, quando existem, são aparentes, principalmente nos barracos de madeira. Quase todas germinadas entre si e separadas por caminhos muito estreitos, essas sub-moradias têm um mínimo de ventilação e de privacidade" (IPLANRIO apud PEPPE, pp. 70)

Cerca de 10 jovens favelados começam a se associar a fim de dividir entre si tarefas de produção e distribuição de um pequeno jornal local. Esses herdeiros de uma tradição associativa do Santa Marta formam, ao longo do ano de 1977, o que seria o embrião de um grupo, que logo ficará conhecido pelo nome de "Grupo Eco". Herdeiros de uma tradição porque, dos 10 fundadores do jornal, pelo menos 3 eram da família Silva (as primeiras reuniões do grupo tiveram como sede a casa da família). Portanto, esses jovens já possuíam experiência nas atividades coletivas historicamente lideradas por essa família.

²² Órgão da Prefeitura responsável na época pelo mapeamento da cidade

Como Peppe nos explica, “o jornal seria lançado com o nome ‘O Sombra’, em julho de 1977. Certas pressões então exercidas pelo comando do narcotráfico local levam o grupo a lançar o periódico mais de uma ano depois, com outro nome, “Jornal Eco”, em 17 de setembro de 1978” (PEPPE, p.159)

Além de pertencerem a famílias importantes da favela, o grupo era considerado a “elite intelectual” do Santa Marta, pois a maioria possuía emprego fixo no setor de serviços do mercado de trabalho (secretários, funcionários de escritórios, técnicos, etc), além de terem completado o ensino secundário e alguns chegaram a completar o ensino superior. Vale destacar, como o faz Peppe, que essa condição era “privilégio” de uma ínfima parcela da população do Santa Marta: 5 pessoas conseguiram formar-se no ensino superior em um universo de mais de 2000 pessoas.

Apesar de terem a proposta de renovação do associativismo local, o Grupo Eco contou com o apoio dos principais líderes eclesiais. Um desses líderes em específico, o Pe. Agostinho, manteve uma proximidade íntima com os integrantes desse grupo, tendo morado por 3 anos na favela, participando ativamente do que Peppe chama de Novo Associativismo Local (NAL). Através desse padre, que tinha um vínculo institucional com várias entidades no âmbito da universidade, muitos universitários passaram a integrar o Grupo Eco no intuito de apoiar as ações que o grupo desenvolvia.

O autor então declara ter acontecido uma fusão definitiva entre os jovens favelados do Grupo Eco e seus apoiadores de classe média alta de fora da favela, principalmente universitários da PUC-Rio e estudantes (e ex-estudantes) do Colégio Santo Inácio.

O Grupo passa a incrementar suas atividades à medida que aumenta o número de apoiadores externos, institucionais ou não. Apesar desse tipo de apoio perpassar toda a história do associativismo no Santa Marta, o Grupo Eco almeja a construção de um movimento autônomo, que não ficasse à mercê de qualquer tipo de clientelismo político. Segundo Peppe:

“Não obstante a impositiva política militante de muitos movimentos de oposição que eclodiam na época, o Grupo Eco sustenta ao longo de sua trajetória uma abordagem multidimensional dos processos coletivos. Problematiza e tematiza a realidade interna e externa das favelas, não

só em seus aspectos especificamente políticos (em torno da questão do poder), mas também sociais, culturais, econômicos, educacionais, religiosos etc.” (PEPPE, p. 177)

Para além disso, o próprio movimento via no contexto político brasileiro mais amplo como favorável para “dar um salto qualitativo rumo à integração” das favelas aos bairros do entorno. Para tal, o grupo compreendeu que precisava alçar voos maiores no cenário político local, construir uma oposição política consistente ao grupo que dominava a AMMSM para assim chegar ao poder da instituição. O caminho para tal foi conseguido através da mobilização para a eletrificação direta da favela pela Light (PEPPE, p. 178).

2.4 A consolidação da “Nova República do Narcotráfico”

A segunda metade da década de 80 marca uma periodização para a população da cidade do Rio como um todo. Nesta época, observa-se o advento do poderoso mercado informal de drogas, e nele as mercadorias ilícitas, como dito anteriormente. Emblematicamente a chegada de dois produtos por este mercado marcam este contexto: a cocaína e o AR-15.

No caso do Santa Marta, o tráfico de drogas conseguiu consolidar seu poder através da disputa pela Associação de Moradores, competindo por duas vezes contra a chapa azul do Grupo Eco, e conseguindo a vitória na segunda tentativa, em 1986. Peppe considera esse movimento como o principal responsável pelo insucesso das tentativas de se construir um associativismo participativo, proposto pelo grupo derrotado. A chamada “Nova República do Narcotráfico”, segundo o autor, logrou uma rápida ascensão no panorama político local, articulada com um grupo de birosqueiros que apoiaram a chapa que venceu as eleições de 86.

Segundo o autor, este cenário gerou “graves efeitos desestruturantes do processo de super-expansão do narcotráfico como crime organizado sobre a vida dos favelados e de suas organizações associativas” (PEPPE, p. 529).

O turismo no Santa Marta

“O gringo subiu no morro e bebeu cachaça
fumou maconha e obteve a graça,
depois do samba sua vida nunca mais foi a mesma”

A maldição do Samba - Marcelo D2



Foto 3: Moradora observa fila de turistas descendo o morro. Fonte: autor

3.1 O circuito turístico: a cidade como Commodity

Como vimos no primeiro capítulo, as aduanas urbanas que se formaram nas favelas cariocas à partir da consolidação do tráfico de drogas impõem um tipo de restrição seletiva muito específica aos fluxos nestes espaços. O controle sobre o território acaba por afetar um direito fundamental, do ponto de visto do direito cosmopolita, que é o direito de visita, como veremos a seguir.

A suspensão daquelas barreiras acaba por instaurar novas formas de circulação, o que pode transformar a relação entre o estrangeiro e o “estabelecido” em algo conflituoso, sobretudo no que se refere à incapacidade, muitas das vezes, de se manter uma distância social entre esses dois personagens, devassando espaços da vida social que deveriam manter-se alheios ao olhar público.

Apesar destes conflitos, a iniciativa de se suspender as aduanas impostas pelo controle territorial-militar do tráfico de drogas é incentivada pelo fato de possibilitar novos arranjos do morador de favela com o “exterior”, e vice-versa, mesmo que esses espaços nunca tenham sido apartados da vida da cidade, como num gueto. O que se busca, neste processo, é tentar desenvolver uma nova relação entre “cidade formal” e favela, tendo como horizonte a integração entre os dois.

Esta disposição à integração deflagra vários questionamentos, tanto na ordem política quanto simbólica: a partir do momento que se tem as figuras da favela e de seu “exterior” estaríamos reificando estas categorias e a relação de oposição que elas mantêm entre si. Em um análise semelhante, Misse chama a atenção para o fato da política das UPPs reificarem a figura do “domínio territorial”, que até então estaria sendo controlado por traficantes ou milicianos, e que neste novo momento estaria sendo “controlado” pela polícia. Este contexto levaria a pensar em uma “desterritorialização” das políticas de segurança pública, em que se pudesse “dissolvê-las enquanto territórios” (MISSE, 2011).

É uma discussão sem dúvida muito interessante, que nos permite uma visão mais sofisticada da relação dos aparelhos estatais com as favelas, no sentido mesmo de reificá-las como territórios. Infelizmente não é possível desenvolvê-la de forma satisfatória neste trabalho. O que nos parece interessante aqui, entretanto, é o interesse de alguns órgãos e

instituições no turismo em lugares alternativos e que passaram por conflitos armados até bem pouco tempo.

A UNESCO, por exemplo, tem interesse sobre estas questões no mundo todo. Mesmo que o turismo possa ser considerado como uma ótima oportunidade para o desenvolvimento e para a abertura de países até então “fechados” para o mundo sob diferentes aspectos, a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura ressalta os riscos que o processo de instalação do turismo nestes lugares pode acarretar para a população local. Ao mesmo tempo que ele pode significar uma transformação positiva destes espaços, o turismo “pode ser tanto o melhor quanto o pior amigo do desenvolvimento”.²³

O turismo, desta forma, aponta para uma questão essencial no que se refere ao campo das relações internacionais. À medida que ele há uma expectativa que a frequência de estrangeiros possa trazer dividendos, aquecer a economia, dar projeção internacional ao local que se torna destino turístico, cria-se a responsabilidade de que este destino possa acolher o visitante, proporcionando-lhe condições seguras de estadia. Assim, por exemplo, a circulação de visitantes não pode acontecer em lugares onde haja guerra, ou que possua níveis de violência altos demais para que se possa garantir a sua segurança. Segundo Immanuel Kant, a “hospitalidade significa o direito de um estrangeiro a não ser tratado com hostilidade em virtude de sua vinda ao território de outro” (KANT, 2008:20).

Este problema situa-se na discussão sobre o direito cosmopolita. Para Kant, a hospitalidade, receber o outro em sua casa, reside em um dever moral acompanhado de um sentimento prático: “não é tanto a capacidade ou o interesse ou a inclinação de fazer amigos quanto de evitar fazer inimigos e cultivar uma espécie de misantropia” (PÉREZ, 46). Assim, o direito de visita é constitutivo do direito cosmopolita, em que o respeito ao

²³ “La UNESCO se propone acompañar a sus 191 Estados Miembros en la formulación de sus políticas, replanteando la relación entre turismo y diversidad cultural, entre turismo y diálogo intercultural, y entre turismo y desarrollo. De este modo piensa contribuir a la lucha contra la pobreza, a la defensa del medio ambiente y a un aprecio mutuo de las culturas.” Ver em: http://portal.unesco.org/culture/es/ev.php-URL_ID=36700&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html

estrangeiro se dá em virtude da “propriedade comum da superfície da Terra” pelos homens. Os homens habitam o mesmo planeta, de extensão finita, e seria necessário, segundo esta perspectiva, se cultivarem instrumentos adequados à coabitação de diferentes povos, com diferentes culturas, que inevitavelmente interagem entre si, seja através do comércio, da expansão demográfica, ou contatos fortuitos.

Neste sentido, Kant aponta para o direito de visita como um meio fundamental, se constituindo um direito universal sob pressupostos gerais, para se chegar ao fim desejável: a paz entre os povos:

“a ideia de um direito cosmopolita não é nenhuma representação fantástica e extravagante do direito, mas um complemento necessário de código não escrito, tanto do direito político como do direito das gentes, num direito público da humanidade em geral e, assim, um complemento da paz perpétua, em cuja contínua aproximação é possível encontrar-se só sob esta condição.” (KANT, 2008)

O turismo, neste sentido, é visto como um meio propício para um tipo de interação, e no caso das favelas se dá na dicotomia morador-estrangeiro. Ele se consolida através desta relação mediada pelo guia de turismo, que ao mesmo tempo aproxima e afasta os dois lados da interação. O turismo então pode ser visto como um modo de acesso legítimo ao lugar pelo estrangeiro, com protocolos claros acordados previamente. Os guias devem orientá-lo sobre as regras de interação, as etiquetas que preservariam sua presença na favela num nível aceitável, bem como o que esperar como reação legítima por parte dos moradores.

Félix Guatarri, entretanto, mostra sua preocupação com os caminhos da modernidade no que concerne a “intensas transformações técnico-científicas”. O turismo daria sinais da alteridade que tenderia a perder toda a sua aspereza. Neste sentido, para ele, o turismo se resume “quase sempre a uma viagem sem sair do lugar, no seio das mesmas redundâncias de imagens e de comportamento” (GUATARRI, p. 19).

3.2 A viagem como experiência

O turismo, como vimos, faz parte de um fenômeno muito mais amplo que é o deslocamento humano na face da terra, sob diversos traços, e que trazem consequências no campo da moral, da ética, do direito e da economia. Entretanto, uma das faces menos debatidas é o que essa viagem, que está na base do que é o turismo, representa para aquele que se desloca a um lugar que não é aquele onde vive, trabalha ou mantém relações familiares. A viagem, em seu sentido mais profundo, significa uma experiência transformadora vivida por aquele que a intenta.

Assim, há muitos jovens que passam a viajar para países mais pobres em busca dessa experiência transformadora. Nas favelas do Rio de Janeiro, há muitos exemplos deste tipo de frequência, e alguns deles passam a morar por uma temporada nesses lugares. Na perspectiva destes jovens, não há nada estranho em viver por um tempo nestes locais, o que poderia ser considerado inexplicável para “os nativos”. A experiência de se morar numa favela vai além de uma simples satisfação da curiosidade exótica, como veremos a seguir.

Nas favelas Chapéu Mangueira e Babilônia, por exemplo, viu-se proliferar em pouco mais de 2 anos uma enorme quantidade de *hostels* e albergues (em 2012, só havia um destes em cada uma das favelas; hoje, na Babilônia, sobretudo, os *hostels* já passam de dez), que em sua maioria, hospedam jovens estrangeiros por períodos superiores a um mês. Na sua maioria, são estudantes da área de humanas (ciências sociais, história, arquitetura, urbanismo, economia), e muitos deles chegam ao Brasil via intercâmbio do programa Erasmus²⁴. Em busca de um lugar barato de moradia, alguns optam pela experiência de morar em uma favela.

Uma tradição europeia muito antiga pode explicar este tipo de fenômeno, cada vez maior na cidade do Rio de Janeiro. A *Bildungsreise* (que poderia ser traduzido do

²⁴ Protocolo Erasmus, Ação Erasmus ou ainda Programa Erasmus foi estabelecido em 1987, é um programa de apoio interuniversitário de mobilidade de estudantes e docentes do Ensino Superior entre estados membros da União Europeia e estados associados, e que permite a alunos que estudem noutro país por um período de tempo entre 3 e 12 meses. Fonte: Wikipédia

alemão como “viagem de formação” ou “educacional”) tem raízes nas viagens feitas por jovens integrantes da nobreza, que, logo após terminarem seus estudos, empreendiam-na durante alguns meses ou anos e ao retornarem dessa longa peregrinação pelos principais centros da Europa Ocidental tinham passado por uma experiência de amadurecimento.

Em uma resenha sobre o livro de Eric Leed, “The Mind of the traveller”, João Paulo da Silva (1999) mostra como o autor tenta descortinar as origens do *Bildungsreise*. Leed identifica duas tradições que estão na raiz do Grand Tour. Uma, definida por uma jornada empreendida pelo jovem cavaleiro no final de seu aprendizado e início da vida adulta. Ele era conduzido por uma ronda pelas cortes e grandes casas da aristocracia, que o obrigavam a revelar seu talento e capacidades em bailes, jogos e torneios. A outra tradição, chamada de *peregrinatio acadêmica* (cujas origens remontam à Idade Média, praticada até o Renascimento), que era uma viagem de um ano empreendida pelo jovem *scholar*, no momento em que a conclusão dos seus estudos se aproximava, constituindo uma espécie de corolário de seu *curriculum*. Os jovens estudantes eram levados a percorrer os grandes centros do mundo acadêmico do tempo, nomeadamente Paris e Bolonha. Era, pois, um ritual iniciático, preparando o jovem para a vida adulta.

Grand Tour era o tipo de viagem tradicional, iniciada no século XVII, feita por jovens da nobreza britânica, no intuito de conhecer as raízes da cultura ocidental (iluminista), estimular seu domínio sobre línguas, entrar em contato com a nobreza de outros países, eventos culturais exclusivos, etc. Poderia durar meses ou anos, e os jovens eram na maioria das vezes acompanhados por um tutor.

O objetivo de Leed, segundo Silva, é tentar compreender a viagem na sua essência simbólica.

“Os relatos de viagem do século XVII e XVIII eram, na sua essência, predominantemente, compilações de todo o gênero de informações consideradas relevante, coligida ao longo de um determinado percurso. Neste período histórico a viagem é redefinida à luz da ciência indutiva e do Empirismo, como observação disciplinada e arte da descrição distanciada, objetiva e rigorosa. A deslocação física e espacial transformava-se, deste modo, no principal meio através do qual os europeus investigavam, observavam e descreviam o mundo que os

rodeava” (SILVA, 1999. p. 146)

A partir da segunda metade do século XVIII, surgem nos relatos uma tendência para a subjetividade. Estes desenvolvimentos estarão na gênese no relato de viagem do Romantismo, mais próximo do tipo de narrativa ficcional e romanesca.

“Os seus objetivos e motivos se alteram e metamorfoseiam desviando-se e derivando quase sempre do seu propósito primordial, tendo sobretudo em conta que esta evolução está intimamente associada ao processo de crescimento e amadurecimento operado no viajante no curso de suas jornadas e do seu percurso pela vida” (SILVA, p. 144)

Neste mesmo período, surgem diversos romances com tais características, dos quais Mello e Vogel (2004) chamam a atenção:

“A ideia de viagem como parte fundamental do processo de formação do homem ilustrado é um tema recorrente na literatura da virada do século XVIII em diante. Surge, sobretudo, no chamado *Bildungsroman* (romance de formação) do qual nos ficaram produtos exemplares de Goethe (1795 e 1821), Eça de Queiroz (1900) e Thomas Mann (1954). Em todos eles, a formação dos respectivos heróis – Wilhelm Meister, Gonçalo Ramires e Feliz Krull – é fruto, em última instância, de uma *Bildungsreise*.” (MELLO e VOGEL, 2004. p. 100).

Mais do que uma experiência pessoal, a viagem é também pode ser uma experiência coletiva e é capaz de moldar a personalidade de um grupo social. Em seus estudos sobre uma geração de sanitaristas formados na década de 1930 no Brasil, Neiva da Cunha (2005) analisa qual foi o papel das muitas viagens a trabalho que eram praxe da prática destes jovens médicos. Após terminado o curso universitário, eles partiam em busca de uma alternativa profissional no meio médico, que em sua grande parte ficavam nos grandes centros para seguirem carreira na área da clínica. Aquele grupo prefere, entretanto partir para as cidades menores, “acalentando a esperança de assumir uma posição nos serviços públicos de saúde ou atuar como clínicos particulares, buscando

adquirir o status e o reconhecimento devido a um médico do interior naquela época”. Segundo Cunha:

“as viagens iniciais acabam por se transformar numa experiência reveladora de sua vocação. Ao fazerem sua escolha profissional, inserindo-se nos serviços de saúde pública, a viagem passa a ser meio de realização de seu trabalho” (CUNHA, 2005. p. 84)

Estes sanitaristas fizeram parte de um contexto de expansão dos serviços públicos de saúde, e principalmente de combate às epidemias que surgiam no interior do país. Os deslocamentos feitos por eles eram condicionados à necessidade das localidades: no caso de suspeitas de surtos epidêmicos, era preciso que fossem investigar suas causas para tomar as medidas cabíveis. As diversas viagens feitas por esses profissionais eram relatadas nos relatórios produzidos por eles e enviados a seus superiores. No “diário-do-médico”, como ficou conhecido, deveria constar todos os trabalhos realizados e todas as providências tomadas no campo.

“Além de fornecerem uma série de informações e descrições sobre todo um conjunto de processos sociais relevantes, esses relatos caracterizam, sobretudo, a experiência particular do grupo em termos de construção do próprio self” (CUNHA, p. 84)

Neste sentido, a experiência da viagem aponta para uma espécie de aprendizagem moral, e é essa dimensão que lhe fornece um caráter inicial. Poderíamos assim dizer que ela assume a forma de um rito de passagem (GENNEP, 2011). Ela é, desse ponto de vista, vivida como uma experiência transformadora que teria por fim último estabelecer a tenacidade do espírito e a integridade do caráter, “no sentido de dar-lhe têmpera” (CUNHA, p. 86). As viagens transformavam em valor o conhecimento adquirido através de sua experiência.

3.3 O turismo em favela

O Santa Marta não é a primeira experiência de um favela sendo vendida como destino turístico. Há outros exemplos, bem sucedidos ou não, em que a favela tornou-se cenário de intensa circulação de turistas. Com suas especificidades, esses exemplos mostram os conflitos resultantes da interação entre turista e morador, bem como a conformação desses espaços para o acolhimento desses estrangeiros.

A mais famosa e antiga experiência do *favela tour* na cidade, a Rocinha, é um caso muito interessante deste fenômeno. Sua origem se dá no contexto da Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente e o Desenvolvimento Sustentável, ou Eco 92. A iniciativa não deixa de ter seu lado irônico, pois durante o evento internacional as autoridades se esforçaram em manter as favelas isoladas do olhar do visitante. Uma das primeiras agências a promover o passeio, a Jeep Tour se concentrava principalmente em *tours* pela Floresta da Tijuca.

Em um desses passeios durante a Eco 92, retornando da floresta, o *jeep* de estilo safari cheio de gringos passou por São Conrado, bairro vizinho à Rocinha. Ao ver os tanques de guerra voltados para a favela, muitos dos *gringos* que estavam no passeio começaram a tirar fotos e perguntar sobre o que estava acontecendo. Segundo o dono da empresa, entrevistado por Freire-Medeiros, o *tour* “entrou na favela, e surgiu todo o contraste entre o jipe com os turistas e os canhões apontando para as favelas. Aí foi legal, as agências compraram a coisa, e a coisa foi tomando forma”. (FREIRE-MEDEIROS, 2009, p. 50).

Em 2006, a favela contava com sete agências de turismo que guiavam os visitantes contratante de seus serviços. Os nomes das agências merecem destaque: Be a Local, Don't be a Gringo, Exotic Tours, Favela Tour, Jeep Tour, Indiana Jungle Tour, Private Tours e Rio Adventures. Havia uma disputa entre elas pelo pioneirismo na atuação na Rocinha, e “tem havido embates acirrados em torno da utilização da marca “favela tour” e dos territórios explorados por cada uma” (FREIRE-MEDEIROS, 2006). Além disso, nesta competição, há a “preocupação em diversificar os serviços para

garantir os lucros e, muitas vezes, faz parte da estratégia atacar os competidores, inclusive fisicamente” (idem).

Esta grande disputa adviria do fato da Rocinha ser um campo privilegiado deste tipo de turismo. Algumas das suas características são expressas pelos agentes turísticos que os transformam em produtos aos seus clientes. Aspectos visíveis de sua constituição física permitem que ela seja conformada em um objeto atraente ao consumo dos visitantes interessados em “conhecer a favela real”

“Além de deter o título de ‘maior favela do Brasil’, de estar perto dos principais hotéis da cidade e de ter duas saídas (que permitem um deslocamento mais ágil em caso de deflagração de um confronto violento), a Rocinha dispõe ‘de uma vista de tirar o fôlego’ e apresenta ‘o contraste entre os que têm e os que não tem que pira a cabeça dos gringos’” (FREIRE-MEDEIROS, op. cit., p. 9).

Esse contraste revelado na oposição entre bairro e favela, constitutivo da localização da favela da Rocinha, contígua ao bairro de São Conrado, permitiria aos turistas uma reflexão sobre a “complexidade do Brasil”. Através de um movimento indutivo, este cenário contrastante transforma a favela no símbolo da exclusão social brasileira, onde muitos ricos moram perto dos muito pobres.

As características físicas e geográficas podem ser utilizadas para se conformar um produto. Entretanto, o exotismo expressado por esse discurso não é o único fator que mobiliza a atração dos turistas. Este produto deve conter algum deslocamento que permita cativar o turista para além da simples piedade. A imagem da pobreza, e principalmente o contraste social entre ricos e pobres, é transformada através da tentativa de se construir uma outra imagem da favela, que possam despertar um sentimento positivo em relação a esses espaços. Os operadores deste turismo buscam “romper com o discurso que associa a favela à violência”. Segundo um entrevistado por Freire-Medeiros, este é “um passeio muito sociológico”. (idem)

Mesmo que esta imagem de lugar seguro necessite ser acionada, o tráfico de drogas local e a representação de violência construída em relação à sua existência é utilizada durante os *tours*. Segundo Freire-Medeiros:

“Duas agências falam abertamente a respeito, porém, enquanto uma o faz

“porque a violência é parte da vida da comunidade”, outra organiza praticamente todo o passeio em torno dos elementos “underground” da favela, direcionando o olhar do turista para os grafites das facções que decoram os muros e para a presença dos próprios traficantes que estariam sempre nos espiando e sobre os quais o guia invariavelmente tinha uma história assustadora para contar.” (op. cit., p. 10)

Apesar dos operadores reivindicarem “um turismo ético”, através do aumento da autoestima dos moradores por haver visitantes de todo mundo querendo conhecê-los, não há provas de que esta atividade influencie diretamente na melhora das condições de vida locais para além deste âmbito subjetivo.

Segundo a autora, mesmo que alguns moradores lucrem com o aluguel de lajes que servem como mirantes, alguns artistas locais vendam seus produtos aos turistas, como também o benefício de doações a creches locais que são pontos turísticos de algumas dessas agências, “a Rocinha não usufrui em pé de igualdade dos benefícios econômicos gerados pelo turismo”. Não havia (até 2006) nenhum passeio que fosse guiado por moradores dali, e além disso, os turistas consumiam muito pouco durante suas visitas no comércio local.

Por outro lado, atualmente surgem alguns projetos de infraestrutura urbana que parecem ser direcionados para a atividade turística, ou seja, intervenções, principalmente na área de mobilidade, que acabam por criar melhores condições para o acolhimento dos visitantes.

O teleférico da Rocinha, por exemplo, foi anunciado como parte do PAC2 na favela, ao custo de 700 milhões de reais dos 1.6 bilhões previstos para intervenção como um todo. Entretanto, este anúncio causou a mobilização e um grupo de moradores, que acusa a intervenção de não atender às reais necessidades que a favela possui. O teleférico atenderia ao interesse dos turistas que cada vez mais visitam a favela, e favoreceria somente a circulação destes, sem proporcionar melhores condições de vida aos moradores. Estes reivindicam que toda essa verba seja investida no saneamento básico, ainda em péssimas condições na grande maioria das áreas da Rocinha²⁵.

²⁵ Ver <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/09/1345693-moradores-questionam-instalacao-de-teleferico-na-rocinha-na-zona-sul-do-rio.shtml>

Inspirados nos *metroables* de Medellín, na Colômbia, o teleférico do Complexo do Alemão²⁶ foi inaugurado em junho de 2011. Cinco de suas seis estações (há uma na estação de trem Bonsucesso) situam-se no cume dos morros das favelas do local, e são direcionadas para algumas instalações públicas como bibliotecas, centros de atendimento de Assistência Social, centros culturais, etc. No entanto, seus críticos destacam que a localidade das estações não favorece o acesso a estas desde as partes mais baixas das favelas. Além disso (ou por isso), a utilização do transporte é considerada subutilizada, mesmo que seja gratuito para moradores.

Além da ocupação militar iniciada em 2010, este novo equipamento público acabou criando condições para que frequência turística no Complexo do Alemão se estabelecesse nos moldes do *favela tour*. Algumas agências, externas e internas, surgem a partir de então, buscando ainda consolidar os trajetos e pontos de interesse turístico. O circuito mais utilizado, entretanto, é aquele feito dentro das gôndolas do teleférico, desde a estação Bonsucesso, passando por todas as outras, e retornando ponto inicial. Este tipo de visita caracteriza-se pela quase ausência de contato com a vida local das ruas e becos. Os turistas tiram fotos do “mar de casas” distantes muitos metros de altura acima. É possível comprar alguns itens de artesanato em barracas situadas na última estação – Palmeiras, onde há o prédio da UPP Fazendinha, mas a visita se resume a este “sobrevoo” pelos mais de 70 mil habitantes dali. Alguns guias oferecem o serviço de guiamento neste tipo de passeio, quando pode contar um pouco da história local, e revelar ao turista outras intervenções do PAC no local.

Calcula-se que nos fins de semana 60% dos usuários do teleférico sejam visitantes querendo conhecer essa enorme conturbação urbana. Este número, em valores absolutos, estaria próximo a 7 mil pessoas, quantidade que impressiona se comparados com os números do mesmo período de outros pontos turísticos da cidade, como o Pão de Açúcar

²⁶ O Complexo do Alemão é um bairro carioca da zona norte e que abrange algumas favelas. O termo “Complexo” remete a uma noção policial do espaço urbano, próximo à ideia de território, que implica no controle militar dos fluxos de pessoas através das aduanas do tráfico. O Complexo do Alemão compreende 16 favelas, a saber: Morro da Bahiana, Morro do Alemão, Casinhas, Matinha, Grotá, Nova Brasília, Morro do Adeus, Areal, Pedra do Sapo, Alvorada, Fazendinha, Morro dos Mineiros, Reservatório de Ramos, Palmeiras, Coqueiro, Relicário. Entre algumas, há um histórico de rivalidade, justificado pelo domínio de grupos rivais do tráfico de drogas, notadamente o Morro do Adeus, onde os moradores não consideram fazer parte do “Complexo”.

(6 mil) e Cristo Redentor (4,5 mil)²⁷.

Outro exemplo de turismo em favela é a do Morro da Babilônia. Apresentado ao mundo na década de 1960 através do filme *Orfeu Negro*, a favela representou, segundo Freire-Medeiros, uma “poderosa associação entre quatro conceitos correlatos: brasilidade, negritude, favela e carnaval”. (FREIRE-MEDEIROS, op. cit., p. 12). Não à toa, quando da visita oficial do Presidente americano Barack Obama ao Brasil em [...], o lugar foi alentado como destino provável de sua comitiva, que faria uma visita a alguma favela “pacificada”. O filme de Marcel Camus havia cativado a mãe de Obama, o que aumentou os rumores sobre a visita. O próprio governador do estado à época incentivou a ideia, chamando a atenção para a bela vista de Copacabana de um dos mirantes da favela.

O presidente americano não chegou a pisar ali, mas a “vocação” de receber visitantes não se resumia a essas ocasiões, e era mais antiga e ampla. Ao contrário do que acontecia até então na Rocinha, o turismo na Babilônia era feito exclusivamente sob a batuta de empreendedores locais. Alguns moradores, organizados em torno da CoopBabilônia, passaram a oferecer *tours* dentro daquilo que se convencionou chamar de ecoturismo.

Há, neste caso, a tentativa de aproximar a favela e segmentos da classe média que “veem o turismo na Rocinha como uma excentricidade dos estrangeiros e/ou como uma prática que denigre os favelados”. (FREIRE-MEDEIRO, op. cit. 13). Neste sentido, no Morro da Babilônia o turismo é encarado como uma oportunidade de “desenvolvimento sustentável”: os recursos gerados pela atividade deveriam ser revertidos para a localidade, bem como buscam não ameaçar os recursos ecológicos que são o foco do passeio. Através dessa forma de se constituir o produto turístico local, seus participantes almejam um alternativa ao turismo massificado, com mais interação entre os visitantes e moradores, superando a relação *voyeurística* que se dá em outros lugares.

Entretanto, esta forma alternativa da prática turística acaba trazendo riscos à sua longevidade. Ainda segundo Freire-Medeiros, a posição dos promotores locais de não buscar parcerias com capital privado externo “significa ficar sem os recurso cruciais para a elaboração da atração turística”. Somam-se a isso a falta de qualificação profissional

²⁷ Ver <http://oglobo.globo.com/rio/teleferico-do-alemao-bate-icone-do-rio-em-numero-de-visitantes-8433461>

dos jovens que trabalham nos guiamentos, os desafios colocados pela experiência do ecoturismo e a presença constante do tráfico de drogas local. (FREIRE-MEDEIROS, op. cit. p. 14)

Um caso que representou uma atuação intermediária entre as favelas da Rocinha e Babilônia é o do Morro dos Prazeres. Ali, “lideranças locais e agentes externos têm estabelecido parcerias para promover o turismo na área” (idem). Desta forma, foi desenhada um passeio, guiado por guia local e outra externo (da agência que entrara no projeto inicial), através dos quais seriam contadas as histórias locais, buscando assim ser “o mais autêntico possível”. A breve experiência foi abortada por ordens do “dono do morro” – chefe do tráfico de drogas local - sob argumentos que não puderam ser compreendidos.

É interessante notar, nestes diversos exemplos, quais eram os atores responsáveis por promover o turismo local, organizá-lo, desenhar os trajetos, que tipo de histórias contam, cada um com suas especificidades. O que de certa forma difere o próximo exemplo dos demais é justamente o protagonismo da administração pública na criação desta favela como destino turístico.

O Museu a Céu Aberto da Providência foi inaugurado pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro no final do ano de 2005. Localizada na zona central da cidade, atrás de uma das principais estações de trem, a Central do Brasil, a Providência é considerada a favela mais antiga do Rio. O próprio nome “favela” advém deste assentamento iniciado na segunda metade do século XIX, por soldados que retornavam da Guerra de Canudos. Mesmo sendo muito difícil precisar as origens das ocupações das encostas dos morros do centro da cidade, o Morro da Favella (hoje Providência) acabou tornando-se simbólico do ponto de vista da reforma urbana do governo de Pereira Passos, quando boa parte da população pobre habitante desta região foi expulsa para os subúrbios da cidade, bem como os muitos morros inabitados do centro. Segundo Rafael Soares Gonçalves (2013):

“O termo “favela” provem certamente da Guerra de Canudos (1896-97). Naquela região do sertão do estado da Bahia, existia um morro chamado *Favella*, talvez porque fosse coberto por uma espécie de planta cujo nome era justamente “*favela*” (*Jathropa phyllaconcha*), uma euforbiácea bastante comum nas regiões Nordeste e Sudeste do país. Os soldados que retornavam da guerra se estabeleceram, com a tolerância do Exército, no

Morro da Providência, que se encontra atrás do prédio do antigo Ministério da Guerra, no Rio de Janeiro. Em alusão a essa campanha militar, o morro passou a ser conhecido como o “Morro da Favella”. A partir da segunda década do século XX, esse termo passou a designar todas as habitações precárias do mesmo tipo espalhadas nos diversos morros da cidade.” (GONÇALVES, p. 44)

A Providência possui, logo, um significado importante dentro da história das favelas da cidade. Seria, neste sentido, um produto perfeito para ser vendido aos turistas interessados em conhecer “as origens” dessas ocupações. A iniciativa da Prefeitura tinha o intuito de aproveitar justamente essa importância histórica, através de um percurso demarcado que orienta o olhar do visitantes para um sistema de objetos hierarquizados, sinalizando aqueles que possuem relevância e valor histórico.

O Museu a Céu Aberto foi concebido no âmbito das intervenções do Programa Favela Bairro. Além do Museu, a Cidade do Samba foi inaugurada na mesma época, dentro de uma perspectiva de reforma da zona portuária, que vem sendo concretizada somente agora, mas dentro de outros parâmetros. Foram investidos 14 milhões de reais do programa na Providência, e dentro deste montante estavam previstas as seguintes intervenções, com o objetivo de se construir um roteiro turístico local: inauguração de um *cybercafé*; “pontos turísticos” recuperados como a Igreja Nossa Senhora da Penha; a centenária capela do Cruzeiro; a escadaria de granito construída por escravos no século XVII; a casa de Dodô da Portela, porta-bandeira campeã do primeiro desfile oficial; o antigo reservatório de água. Dos três mirantes que compõem o roteiro, o turista pode avistar alguns ícones tradicionais da cidade, como o Pão de Açúcar, o Corcovado, a Baía de Guanabara, bem como outros pouco convencionais, como a Central do Brasil, o Sambódromo e o Cais do Porto. (FREIRE-MEDEIROS, op. cit., p. 17)

Esta proposta levada a cabo pelo poder público continha alguns pontos curiosos, o que acabaram arruinando o projeto. Um deles era a organização do Museu, e conseqüentemente, de seu “acervo”. Segundo a autora, a Prefeitura buscava vender a favela “não como entidades complexas no presente, mas como significantes de eventos passados. Barracos foram ‘congelados’, ou seja, a prefeitura os desapropriou e comprou parte de seu mobiliário para que o turista saiba como é uma moradia típica de favela”. (idem)

Outro ponto fundamental era a violência do tráfico. Os responsáveis pelo projeto acreditavam que o fluxo de visitantes na favela pudesse ajudar a conter a criminalidade. Vários acontecimentos vêm contradizendo esta hipótese. A casa de Dodô da Portela, por exemplo, amanheceu metralhada após um tiroteio entre traficantes e polícia, bem como a capela centenária do topo do morro, que ficou cravada com mais de 10 tiros logo após a inauguração de sua reforma. Diante disso, a Prefeitura chegou a sugerir que as visitas ao Museu a Céu Aberto fossem agendadas com antecedência com o órgão, “a fim de que, comunicadas previamente ao Comando da PM, não coincidissem com as datas de operações policiais” (FREIRE-MEDEIROS, op. cit., p. 19).

Um projeto que possuía grande potencial para construir uma nova imagem da cidade, que estaria integrando áreas até então relegadas à marginalidade, acabou dando munições para críticas à administração pública. Com muitos turistas circulando pelas ruas e vielas da Providência, seus moradores viram nesses *tours* uma oportunidade para dar visibilidade aos problemas do lugar, e “mostrar ao mundo que o poder público não se importa com a favela” (idem).

Atualmente, o Morro da Providência passa por processos de profunda reforma urbana, dentro do escopo do projeto Porto Maravilha, e que tem colocado em risco a permanência de várias residências do local. Um teleférico foi construído interligando a Central do Brasil à Cidade do Samba, passando pelo tecido da favela, onde haverá algumas estações. Seu funcionamento ainda não é aberto ao público, estando ainda em fase de testes, mas sua construção provocou mudanças profundas no panorama do lugar. Muitas famílias estão sendo transferidas para unidades habitacionais que estão sendo construídas no entorno, mas o número de removidos de suas casas superam a quantidade de apartamentos oferecidos pela administração pública, o que causa uma situação de medo e instabilidade na vida desses moradores.

As críticas ao projeto do teleférico não são muito diferentes daquelas feitas ao projeto semelhante da Rocinha e do Complexo do Alemão. As intervenções são consideradas um investimento por parte do poder público no incremento dos turistas no local, sem que isso represente uma melhora direta nas condições de vida de seus moradores. O grande número de casas marcadas para serem removidas, em torno de 800, acaba sendo usado como argumento contrário à intervenção.

3.4 Os turismos do Santa Marta

Algumas características do Santa Marta tornaram-na uma favela com condições quase que ideais para o turismo. Como se constatou no caso da Rocinha, sua localização da na zona sul da cidade, área nobre com uma grande quantidade de hotéis de luxo

A Jeep Tour, agência de turismo que acabou se especializando em passeios em favelas, e já tinha a expertise de ter atuado na Rocinha, passa a atuar também no Santa Marta. Sua forma de guiar os turistas, na sua grande maioria estrangeiros, é alvo de críticas por parte dos guias locais, que têm se mobilizado para criar instrumentos de controle sobre este tipo de guiamento.

O roteiro feito pelos guias da Jeep Tour no Santa Marta difere do praticado pelos guias locais, mesmo que alguns pontos visitados sejam os mesmos. O início do passeio se dá pela parte superior do morro. No acesso via Rua Osvaldo Seabra, que começa no bairro de Botafogo, os turistas trazidos pela empresa desembarcam dos característicos *jeeps* verdes, usados nos safaris africanos. É comum que haja mais de dois carros deste tipo, de onde desembarcam no total uma quantidade superior a 30 turistas (em muitos casos, esse número pode superar a centena, segundo relatos). Enquanto o guiamento é feito favela abaixo, os carros voltam para o bairro de Laranjeiras, rumo à Praça Corumbá em Botafogo, onde estarão esperando pelos seus clientes.

O primeiro ponto de visita é a sede da UPP, que fica logo naquele acesso à favela. Com um público majoritariamente estrangeiro, os guias vão apresentando os lugares do Santa Marta em inglês. É-lhes apresentado o campo de futebol do Pico, onde Michael Jackson pousou de helicóptero para gravar o famoso clipe na laje da favela. O guia não tem muito tempo a perder, e continua sua apresentação da favela enquanto desce as escadas sendo acompanhados de perto pelos turistas. É comum que praticamente todos portem suas máquinas fotográficas e fiquem a postos para usá-las a todo momento que seu olhar for atraído a algo exótico.

O próximo ponto de parada é a Laje do Michael Jackson, espaço construído em homenagem ao cantor, justamente onde dançou para as lentes das câmeras de Spike Lee. Neste local os turistas têm a oportunidade de se vislumbrarem com a vista proporcionada

pela favela. Dali é possível ver o Pão de Açúcar, o mar de Copacabana, a Lagoa Rodrigo de Freitas, o Cristo Redentor, Ipanema, enfim, uma estonteante paisagem que neste caso pode ser colocada em um quadro marcado pela desigualdade social: a favela ao lado das belezas naturais.

O grupo continua seu caminho escadaria abaixo, mas não deixa de fotografar os elementos que vão encontrando pela frente. As casas mais frágeis (seu interior, quando alguma janela ou porta aberta lhes permite), as crianças brincando nos becos, as valas de esgoto abertas por entre as ruas, a vista, tudo é objeto do lentes dos visitantes.

Outra parada obrigatória é a Associação de Moradores, já na parte baixa do morro. Em frente, no Bar do Boneco, os turistas param para comprar uma garrafa d'água para refrescarem-se.



Foto 4: Os jeeps de safari à espera dos turistas na parte baixa do morro. Fonte: autor (2012)

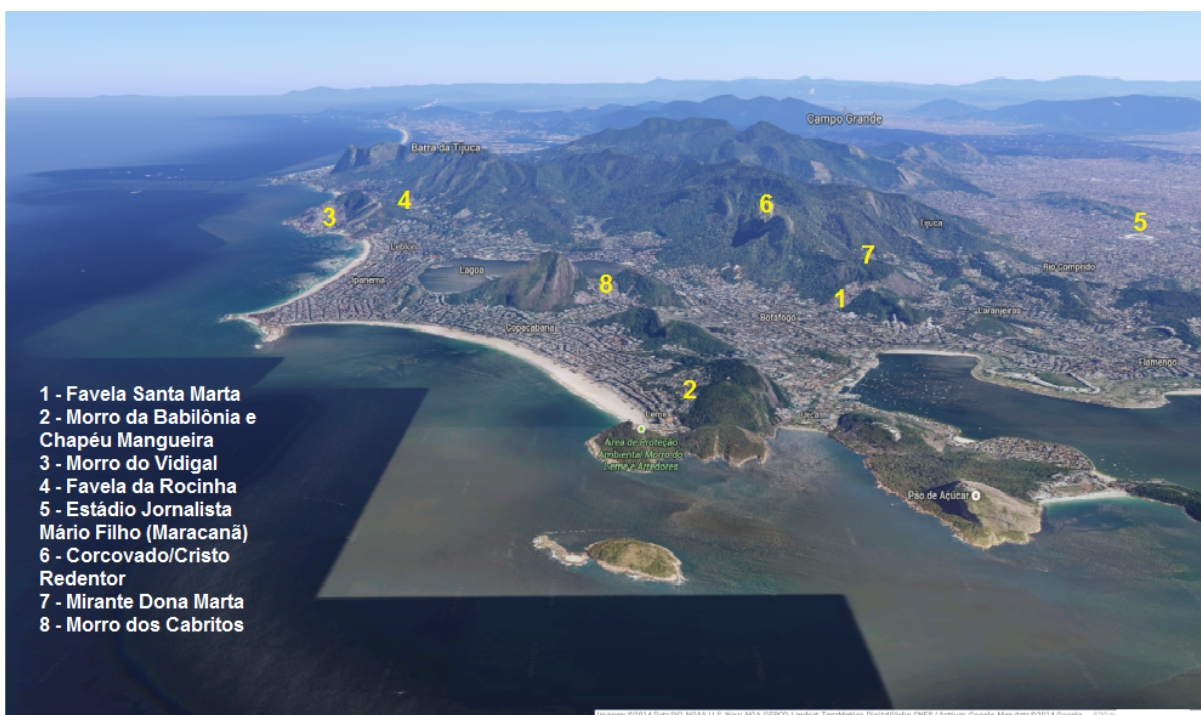


Foto 5: Localização do Santa Marta na cidade do Rio de Janeiro: pontos turísticos e favelas da zona sul.

Fonte: Google Maps

Lançado em 30 de setembro de 2010, o programa Rio Top Tour foi desenvolvido pelo Ministério do Turismo, em parceria com o governo do estado do Rio. O evento na quadra da escola de samba do Santa Marta contou com o então presidente da República, ministros, secretários estaduais e municipais, o prefeito e a esposa do governador, que não pôde comparecer por estar em período de campanha eleitoral - o que não impediu aos presentes em citar seu nome inúmeras vezes.

O projeto consiste numa iniciativa de criar condições de acolhimento aos turistas na favela. Foram concedidas cartas de crédito especiais para comerciantes do local que pudessem desenvolver seus estabelecimentos, tendo o SEBRAE papel importante neste empreendimento. Melhorias foram feitas nos principais pontos turísticos, como por exemplo a construção do Espaço Michael Jackson²⁸; guarda-corpos foram instalados em locais de risco ao turista; uma sinalização com informações especificamente de interesse ao turista. Ainda também a capacitação de guias locais, que já atuavam ali antes, estava incluída no projeto.

Foi instalado um quiosque do projeto onde ficam de 8 às 17 horas estagiários do curso Técnico de Turismo da rede estadual de ensino. Além disso, duplas de estagiários ficam em três pontos estratégicos na circulação dos turistas, as estações 1, 4 e 5. No início do projeto, esses estagiários tinham a função de informar os turistas e guiarem tours gratuitamente, além de contribuir na formação dos guias locais. Esses ainda assistiam a aulas oferecidas no Polo de Inclusão Padre Velloso, pelo SEBRAE. Os guias locais também cumpriram, junto aos estagiários, créditos referentes ao estágio prático.

²⁸ Onde o popstar americano gravou videoclipe da música “*They don’t care about us*” em 1996, dirigido por Spike Lee



Foto 6: Stand de informações turísticas do Rio Top Tour. Fonte: autor (2012)

Em conjunto com lideranças e entidades locais, projeto mapeou 34 pontos de interesse turístico. Muitos deles são pontos de referência para um estrangeiro na favela, e que podem orientá-lo sem que este precise recorrer aos moradores para se localizar. Outros foram destacados como símbolos importantes da vida local. Os 34 pontos poderiam ser divididos em 5 grupos, mesmo que alguns deles possam ser vistos como pertencentes a mais de um grupo (conferir anexo 4)

O primeiro seriam os lugares que servem como ponto de referência espacial, como a Praça Corumbá, as estações do plano inclinado (ou bondinho), o acesso pelo topo do morro via Rua Osvaldo Seabra, etc. O segundo grupo destaca-se por conter intervenções recentes do Estado, que dariam provas de uma mudança positiva nas condições de vida na favela. Neste grupo estariam o CETEP, os prédios construídos pelo

governo do estado, apelidados de Jambalaya²⁹, os postos da UPP e o muro que divide o Santa Marta do Palácio da Cidade.

Um terceiro grupo contem lugares importantes na história local, e que remetem a um passado idílico da favela. São eles as duas minas de água e a Capela Santa Marta. Outros lugares possuem caráter parecido, e também fazem parte do que se poderia chamar de uma memória coletiva dos moradores, considerando-os como espaços de ação associativa ou de encontro para o lazer. A Associação de Moradores, a Quadra da escola de Samba Mocidade Unida do Santa Marta e o Campinho do Pico são exemplos desse grupo.

O Espaço Michael Jackson, o mirante do Pedrão, a trilha para o Mirante Dona Marta, a Arena, fariam parte do conjunto de locais propícios ao turista ter uma bela vista da cidade a partir do Santa Marta. Esses locais oferecem uma bela vista de outros muitos pontos turísticos da cidade, como o Pão de Açúcar, Cristo Redentor, Lagoa Rodrigo de Freitas, etc. Como diz o *slogan* do Rio Top Tour, estes pontos oferecem a oportunidade de se ver “o Rio de Janeiro sob outro ponto de vista”.

Os guias formados pelo Rio Top Tour tiveram sua licença para guiar, em sua maioria, no meio do ano de 2013, quando se graduaram em técnicos de turismo pelo Colégio Estadual Prado Junior. A partir daí começaram a atuar independentemente na favela, e, assim, empreender na área dos guiamentos e eventos no Santa Marta.

Embora tenham muitos interesses em comum, há vários tipos de turismo praticado na favela, e eles variam mesmo se considerarmos o grupo dos guias locais: turismo de entretenimento, turismo cultural, turismo militante, etc. Entretanto, a organização dos guias locais em um grupo que se opõe à prática dos agentes externos acaba por instaurar uma dicotomia na atividade turística local.

Os guias locais, apesar de se contraporem ao guiamento feito pelas agências externas, sobretudo à Jeep Tour, realizam roteiros que variam entre si, tanto na duração do passeio, locais visitados, trajetos, histórias a serem contadas, etc. Além disso, estes detalhes variam segundo a preferência de seus clientes, e por isso, um guia pode oferecer

²⁹ O nome Jambalaya foi dado em referência ao seriado da Rede Globo Toma lá, dá cá, criado por Maria Carmem Barbosa e Miguel Falabella e exibido de 2007 a 2009, cuja história se passa em um condomínio chamado Jambalaya Ocean Drive.

serviços distintos que se adequará às especificidades de quem o contrata. Muitas vezes, um dado grupo de visitantes pode dispor de tantas horas, diferente de outro que pode ficar na favela por mais tempo. Outra variante pode se remeter ao perfil do turista, principalmente no que concerne à sua condição física. Caso seja um grupo mais idoso, não haveria condições do *tour* acontecer exclusivamente vielas acima, tendo que ser feito com o auxílio do plano inclinado.

Seria, pois, muito difícil expor aqui todas as formas encontradas por esses guias de oferecer o *tour* a seus clientes. Devo, por isso, descrever um *tour* contratado por mim e Pricila Loretti, também pesquisadora do Santa Marta. Fizemos contato com uma guia que já conhecíamos em outras situações, e decidimos experimentar o que o seu guiamento tinha a oferecer.

Após uma tentativa frustrada de conseguir um *tour* com Salete, conseguimos marcar às 10h da manhã do dia 28 de março de 2013. Após um atraso, cheguei ao Santa Marta e encontrei com Pricila na Praça Corumbá. Liguei para Salete, que nos esperava na 1ª estação do bondinho. Chegando lá, ela estava acompanhada de Vitor, que havia conhecido anteriormente. Ele é um guia local e também militante dos direitos dos moradores do Pico, que estão sob ameaça de remoção.

Salete nos consultou se seria possível fazermos o *tour* acompanhados de uma professora de francês que a NBS³⁰ teria arranjado para os guias locais. Não fizemos oposição alguma. Ela nos disse que seria interessante um *tour* com a professora para que ela conhecesse a comunidade, e assim, desenvolvesse suas aulas baseadas no que um guia pudesse usar na prática de sua profissão.

Passamos na NBS, onde estava Dominique, a professora. Chegamos e ela estava conversando em francês com a moça que trabalhava no local. Depois ficamos sabendo que estavam praticando a língua, pois Dominique é professora de francês da funcionária, e foi quem a indicou para a empreitada. O que descobrimos depois também é que ela nasceu no Brasil, foi cedo para a França, mas sempre teve contato constante com os dois países.

³⁰ Grande agência de publicidade que inaugurou um espaço no Santa Marta. Lançou, em abril de 2012, o programa chamado Rio+Rio. Através de pesquisas de mercado nas favelas, a agência busca mapear oportunidades de investimento para sua carteira de clientes.

Fomos subindo até a estação 3 a pé. De lá pegaríamos o bondinho até a 5ª estação. Dominique fala fluentemente português, quase sem sotaque. Os dois guias, Salete e Vitor, foram conversando na frente com ela, trocando informações tanto da favela quanto do futuro curso que farão com ela.

Vitor falava muito de que era preciso conhecer a realidade da favela, e mostrá-la para o mundo. A favela não é só essa maravilha que acaba sendo vendida, que ela não é só a vista que se tem da cidade. Ela passa por muitos problemas, alguns deles em decorrência mesmo do turismo, e que eles precisam ser mostrados. Dominique tinha uma postura ativa, digamos, ao ouvi-los. Dizia que suas motivações eram as mais interessadas possíveis, sempre no intuito de colaborar e construir algum trabalho ali que fosse cooperativo.

Subimos até a 5ª estação e ali começou o tour de fato. Vitor era protagonista no *tour* com muito entusiasmo contando as histórias. Voltado para o Pico, com suas faixas de protesto em casebres antigos, ele começou a contar a história desse lugar específico.

Ele faz parte da quinta geração de uma família que mora no Pico desde seu início. Desde que nasceu, há 31 anos, mora no lugar. Como se sabe, foi ali que começou a ocupação do morro. Vitor nos explica que o Pico está sendo removido por causa da vista que dá a seus moradores. Ela é praticamente a mesma que a do Mirante. Para a acusação de área de risco existe um contra-laudo confeccionado pelo engenheiro Maurício Campos, reconhecido pelo moradores como alguém importante que está do mesmo lado na luta contra a remoção.

Vitor afirma que uma das formas mais eficazes da luta é a divulgação que as faixas penduradas nas casas do Pico pode ter nas fotos do turistas que passam por ali. Os visitantes tiram as fotos do Pico e as publicam pela internet mundo afora, criando uma bela divulgação da luta de resistência. Dominique lembra um caso interessante que testemunhou na Chapada Diamantina, onde o turismo aflorou após o fechamento de algumas minas de diamante. Os trabalhadores dessas passaram a atuar no ramo do turismo.

Victor começa a falar sobre a Jeep Tour. Diz que eles são explorados pela agência, e que uma vez foi confrontar um dos guias que trabalham ali. Este teria

respondido de uma forma arrogante que poderia fazer o que quisesse no Santa Marta, pois na favela havia UPP.

Eles começam o tour apresentando a sede da unidade da polícia e a área do campinho do Pico. Ali explicaram que o prédio foi construído em 2003/04 pelo governo Rosinha Garotinho para ser uma creche. Nunca funcionou por causa dos tiroteios. Mostram uma parede que ainda é toda furada por balas de alto calibre, como representação dos antigos combates. Os policiais chegavam pelo acesso de Laranjeiras e o primeiro confronto era exatamente na escada que dá, atualmente, no prédio da UPP. Subimos até o estacionamento. Ali sempre há caminhões descarregando caixas de cerveja ou materiais de construção, e, por conseguinte, carregadores que os levam para a favela. Os guias nos mostram a localização do mirante do Pedrão, famoso lugar de onde se tem uma vista em 360°. Estávamos com o horário apertado, e os 20 minutos andando até o local nos custaria muito tempo. A Rua Osvaldo Seabra foi asfaltada após a instalação da UPP, e segundo a interpretação de Vitor, a causa foi porque o Pedrão virou mais um atrativo turístico.

Voltamos então escada abaixo para subirmos o Pico. Passamos em frente ao campinho, apresentado pelos guias onde o helicóptero que trouxe Michael Jackson para gravar o clipe pousou. Ali acontece o projeto Zico 10, da secretaria estadual de esporte e lazer. Rumamos em direção às casas do Pico. Ali Victor parece mais motivado a nos apresentar tudo que seja possível. O primeiro ponto importante que ele se demora a explicar é a rua que separa o Pico do resto da favela. A Rua Nossa Senhora Aparecida é chamada pelos moradores dali de “linha do Apartheid”. Ela simbolizaria uma clara demarcação da divisão entre o resto da favela e o Pico, que começa a partir desta rua.

Essa parte do morro é reconhecida como a mais antiga, onde começou a ocupação do morro, então os moradores dali são reconhecidos como uma espécie de pioneiros. No início, a favela instalada no topo do morro, os moradores só tinham acesso à cidade via Rua Osvaldo Seabra. Havia uma mata bem fechada entre o Pico e a Rua São Clemente, em Botafogo, onde hoje se encontra a maioria das casas da favela. Vitor nos explica que o projeto “Coral Tudo de Cor Para Você”³¹ não contempla essa parte, reafirmando aquela limite físico de demarcação, a “linha do apartheid”.

³¹ Sobrepondo-se a uma iniciativa anteriormente idealizada pelos próprios moradores, o Favela

O guia vai nos mostrando as instalações e a infraestrutura feita pelos próprios moradores, como a escada de pedra esculpida na encosta. Salete a compara com as escadas da Pedra do Sal. Outra estrutura é o encanamento sanitário construído no governo Brizola, mostrando como já houve investimento por parte do Estado no Pico. Mostram a canaleta de escoamento de água pluvial também construído no governo Brizola, que demarca o final da ocupação da favela. Esse limite é recente, pois a favela se estendia bem além dali, o que pode ser constatado na trilha até o Mirante Dona Marta quando se depara com algumas pequenas casas em ruínas.

O guia e morador do Pico nos diz que a solidariedade que há ali entre seus moradores é bem maior se comparada ao resto da favela. Os vínculos ali são mais intensos, e todos se conhecem. Retomando sua crítica à ameaça de remoção que estão sofrendo, ele justifica com um argumento interessante. Para ele, todos “os topos de favela viraram alvo de cobiça”, de empresários e do próprio governo.

Algumas instituições e pessoas são identificadas como parceiras da luta de resistência. O CRDH da UNIRIO, o Comitê Popular da Copa, a Comissão de Direitos Humanos da ALERJ, o deputado Marcelo Freixo, etc. Segundo o guia, há propostas de compra das casas do Pico de até 28 mil reais.

Estávamos ali parados em um local com uma vista linda, muito alto no morro, em meio de casas modestas e de ocupação esparsa, e o silêncio prevalecia, e só era interrompido pelas palavras do jovem guia que nos contava sua história e a do seu lugar de pertencimento com uma energia impressionante.

Depois dessa parada voltamos a descer para conhecer onde ele mora. Sua casa fica no caminho da nossa descida, e a parte que está voltada para a rua é constituída por um muro de pedras rústico, que nos dá a impressão de uma casa em área rural. Ele nos explica, com uma voz um pouco emocionada por lembrar antigos acontecimento, que esse muro salvou sua família inúmeras vezes contra projéteis de armas de alto calibre que ricocheteavam nas pedras. Logo acima e ao lado do muro há um cultivo de plantas, um

Painting foi concebido e realizado pela dupla de artistas holandeses Haas & Hahn com patrocínio da empresa Coral Tintas, envolvendo em sua execução um grupo de moradores contratados e treinados pela empresa Tudo de Cor Santa Marta. Além deles há alguns mutirões de grupos de jovens estrangeiros, que se voluntariam para a empreitada e chegam à favela através de alguns guias turísticos locais. A ideia é futuramente expandir o projeto para todo o sistema construído da favela. Ver, a respeito: <http://www.favelapainting.com/santa-marta>

jardim muito bem feito e cuidado, que ele nos mostra com orgulho. São plantas ornamentais, que ele diz acalmarem sua mente enquanto trata delas em momentos de muito estresse e tensão.

Continuando a descer, passamos em frente a um ponto de pregação da Assembleia de Deus, que existe há mais de 20 anos ali. Ele nos mostra a Capela de Santa Marta. Embaixo desta há uma caixa d'água que abastece os moradores do Pico. Há também um caixa d'água construída em mutirões na época de atuação dos padres (o que Peppe chamou de associativismo tradicional) e que fica quase depois do limite do Pico, no alto. Paradoxalmente, essa caixa não abastece os moradores das casas ao seu redor.

Para ele, esse pequeno largo que fica entre um quiosque abandonado e a capela é um símbolo do inconcebível processo de remoção do Pico. Isso porque as construções marcadas para remoção, sob acusação de risco de desabamento, ficam em limites não muito claros. Uma casa geminada à capela possui marcação, como outras ao redor, mas a própria igreja não possui qualquer marca da SMH (as conhecidas e humilhantes pichações feitas pela secretaria marcando casas em vias de serem removidas).

Depois do Pico descemos direto ao Espaço Michael Jackson (ou Laje do Michael Jackson). O Espaço fica onde antigamente funcionou um ambulatório, chamado de Dedé. Este foi um morador famoso na favela, e que era muito solícito aos problemas de seus vizinhos, e era sempre visto reparando instalações elétricas e de água improvisadas. Foi morto eletrocutado consertando uma dessas instalações.

Nos deparamos com outro guia, Thiago também conhecido por nós. Estava acompanhado de um grupo de 4 turistas (um brasileiro e três estrangeiros). Havia uma certa movimentação por ali. Paramos na barraca de *souvenirs*. Dominique compra uma carteira., enquanto Vitor dá algumas indicações de filmes sobre a questão de resistência dos moradores do Pico (“Território chamado favela”, “788”, todos disponíveis no site do Visão Favela Brasil)

Em um momento, afastada de Victor, Salete demonstra uma certa irritação com a postura enérgica deste durante o guiamento. Para ela, o guia faz um *tour* muito “revoltado”, e que, segundo ela, “dá pra mostrar coisas boas também”. Com essa postura, quis retomar o *tour* tradicional que costuma fazer.

Passando pelo Espaço acompanhada de um turista, flagramos uma moça, com um crachá dependurado no pescoço, onde dizia ser guia registrada. Vi que Salete foi conversar com a ela. Trocaram cartões depois de algumas palavras. Salete nos explicou depois que ela é guia da Jeep Tour, mas que naquele momento estava fazendo guiamento por conta própria. Já percebi que isso é muito recorrente. Como o Santa Marta agora é um ‘espaço livre’, qualquer um que seja habilitado para guiar, pode fazê-lo, a princípio. Há também aqueles que não são guias.

Do parapeito da Laje ficamos olhando para a vista, e identificando edifícios importantes da São Clemente. Salete nos informa: onde já foi a casa do presidente JK, atualmente é ocupada pela empresa de produtos de beleza Forever. Foi possível também avistar uma nova construção sendo erguida no limite oeste da favela, quase invadindo a mata. É o novo prédio que o governo do estado está construindo para onde levará os moradores do Pico. Vitor nos dá a metragem absurda dos apartamentos, é algo em torno dos 40m².

Descemos e ainda passamos por pontos turísticos apresentados pelos guias. A segunda e primeira mina são lugares que remetem a um passado da favela. A primeira fica um pouco escondida num beco transversal a uma grande escadaria, e a última situa-se num largo já na parte mais baixa do morro, e elas ainda são usadas para os moradores lavarem utensílios domésticos, como tapetes, panos para limpeza, etc. Há placas de informação turística instaladas pelo Rio Top Tour nos dois pontos.

Fomos até ao referido prédio sendo construído. Tiramos algumas fotos. No meio do caminho, quando estávamos andando por um beco bem estreito e quase claustrofóbico, Vitor fez notar a diferença no ar dali, mais sufocante e úmido. Perguntei a ele o que achava ser a motivação dos turistas em visitar a favela. Ele entende que essa atração do estrangeiro é pelo caos de seu ambiente, o que causa um assombro como algo tão caótico consegue sobreviver, ou como seus moradores conseguem viver felizes, de certa forma, em um lugar assim.

Estávamos já na Praça Corumbá. Victor e Dominique estavam afastados conversando, e Salete foi para o stand do Top Tour. Tínhamos combinado o preço de 20 reais por pessoa quando marcamos o *tour*, mas ela, ainda durante o passeio, nos disse que não cobraria nada. Decidimos, eu e Pricila, que isso não fazia sentido, pois ela

disponibilizara seu tempo para nos acompanhar pelo morro, mesmo que a maior parte do guiamento tenha sido feito pelo Vitor. Ao final, todos estávamos bem esgotados, tanto física quando emocionalmente após mais de 2 horas de passeio.

3.5 O Comitê de Turismo do Santa Marta: a visibilidade

No dia 31 de janeiro de 2013, houve a primeira reunião do chamado Comitê de Turismo do Santa Marta. Ocorrida na sede da UPP da favela, essa reunião tinha o intuito de reunir os principais atores locais (e extra-locais) que trabalham na atividade do turismo.

O objetivo do Comitê é organizar a atividade turística da favela sob bases locais. Alguns problemas têm surgido desde que a atividade começou no Santa Marta - aliciamento de menores; incômodo aos moradores; invasão de privacidade; supostas mentiras contadas pelos guias de agências estrangeiras, etc. - , e busca-se através do Comitê uma solução, sob o controle de uma instituição local, que teria legitimidade sobre o que acontece no Santa Marta.

O que deve ficar claro é que não se trata de um movimento contrário ao turismo em favela, como um fenômeno por si só nocivo aos moradores desse lugar. O que se almeja é o controle das pessoas e discursos sob a égide da “história oficial” da favela, organizado por atores locais, legitimados nessa atividade por serem identificados com a comunidade. A intenção é manter o turismo local funcionando sobre outras bases, sobre uma outra maneira de se conceber a circulação de turistas na favela, como também com outros atores a intermediar essa circulação. O objetivo do Comitê, ao cabo, seria então uma forma de *empowerment* desses atores, considerados mais legítimos, na competição com atores externos (agências de turismo extra-locais).

Vários temas foram colocados em discussão nesta reunião, tais como: 1- como contribuir para a preservação do patrimônio histórico local; 2 - como fortalecer parcerias com os guias locais; 3 - o problema da mão de obra infantil; 4- como fortalecer o comércio local.

O Comitê, como instituição interessada diretamente nas questões que o turismo traz, tomou como objetivo pensar em soluções para esses problemas identificados como

principais. A natureza de algumas propostas geram uma certa controvérsia quando se pensa numa tradição democrático-participativa do associativismo do Santa Marta. Uma delas é o pagamento de uma espécie de taxa pelos turistas para compensar os transtornos que acabam causando na localidade. Embora tenha sido uma declaração espontânea de uma participante ativa na consolidação do comitê, expressa uma tentativa não declarada do movimento em monopolizar o mercado local do turismo.

No intuito de organizar ou mesmo monopolizar a atividade, o Comitê levanta questões sobre as características de sua mobilização. As questões levantadas por essa associação estão muito próximas a desenvolver regras de mercado que possam resguardar a identidade local do “turismo de exploração”, como definem a prática das agências extra locais.

Não coloco em questão a correção ou legitimidade das propostas do Comitê de Turismo do Santa Marta. O que interessou meu olhar sobre o processo de constituição dessa associação específica são as novas formas de se constituir problemas contra os quais é necessário mobilizar-se coletivamente para assim combatê-los. Embora haja muitos itens e atores novos, esse movimento funda-se em uma tradição associativa local, que está arraigada nas práticas dos atores em cena, pois fazem parte de famílias historicamente envolvidas na política local.

O Comitê, entretanto, é apenas uma dimensão desse novo panorama. Os atores que participam desse movimento também vêm tentando criar espaços de mobilização que não sejam limitados aos espaços tradicionais da política local. Dada as novas possibilidades de ação política, promovem reuniões para discutir a situação dos serviços públicos na favela.

No dia 04 de julho de 2013, uma passeata dos moradores do Santa Marta percorreu várias ruas do bairro de Botafogo protestando pelas condições precárias de moradia da favela. Dentro do contexto mais amplo das manifestações que aconteceram por todo país, os moradores mais dedicados às ações políticas organizaram um movimento que propunha dar visibilidade aos problemas enfrentados por toda a população do Santa Marta.

A participação do Comitê de Turismo nesse caso pode ser percebida claramente, tanto na parte de organização e mobilização, quanto na visibilidade que busca para seu

empreendimento. Entre as muitas faixas de protestos contra as remoções planejadas para as 150 famílias na localidade chamada Pico, no alto do morro, os participantes do Comitê seguravam seus cartazes de protesto à Jeep Tour, contra o turismo predatório e a favor do turismo sustentável, que valorize os guias locais.

O protagonismo dos integrantes do Comitê foi também causa de conflitos e confusão no que se refere à percepção dos moradores em relação à passeata. Segundo uma liderança local, ao convidar os moradores para a passeata, destacando o caráter coletivo da reivindicação feita nas ruas de Botafogo, escutava deles que não iriam participar de um evento que fosse organizado pelo Comitê de Turismo, pois, na concepção de alguns moradores, a passeata era estritamente uma defesa de interesses particulares somente relacionados à atividade do turismo.

O que se via entretanto nos inúmeros cartazes de convocação para a passeata era a amplitude de reivindicações, dada pela diversidade de problemas denunciados: redução da tarifa de energia elétrica, melhoria na qualidade do bondinho, mais médicos no pólo de saúde, saneamento básico, etc. A passeata contou com aproximadamente mil pessoas, número não exclusivo de moradores. Militantes de outras favelas, jornalistas (estrangeiros ou não), integrantes da OAB, pesquisadores e militantes partidários. Ela transcorreu sem violência ou enfrentamento com a polícia, que acompanhava em grande número (policiais da UPP e do 2º BPM, vizinho à favela) a caminhada.

Aquela confusão descrita, entretanto, pode ser um sinal do que tem sido o cenário geral da política no Santa Marta. As novas possibilidades de mobilização tem criado grupos e empreendimentos particulares que almejam participação mais ativa no cenário político local, em articulação com a política municipal e estadual. Esses grupos, por sua vez, disputam por legitimidade de atuação política, criando canais alternativos de debate e articulação interna. Uma das consequências mais imediatas são os conflitos entre os poderes que vêm se constituindo e modificando os arranjos já constituídos.

O Comitê de Turismo, por exemplo, se organiza buscando maior participação na regulação do mercado local. Entretanto, não se limita aos interesses particulares ao turismo, e se mobiliza para também ter legitimidade para reivindicar melhores condições da infraestrutura da favela e dos serviços públicos. Isso abre a possibilidade para outros grupos, com outros interesses particulares, buscarem atuação nas arenas públicas que têm

sido criadas no cenário político local, apesar de um grande esforço por parte do Comitê em articular e/ou cooptar essas outras forças.

O que Howard Becker (2008) chama de empreendedores morais pode ser comparado à essa iniciativa dos guias locais para regular o mercado de turismo do Santa Marta. Segundo o autor, esse tipo busca criar regras diante de uma realidade que encara como inadequada. O empreendedor moral “julga que nada pode estar certo no mundo até que se façam regras para corrigi-lo”. De certa forma, ele “opera com uma ética absoluta”, e preocupado com o “conteúdo das regras, busca através de campanhas morais implementar um conjunto de disposições que regulem os arranjos existentes.

Além disso, há uma disputa clara entre os dois lados da questão. Os guias locais se contrapõem à atuação dos guias da Jeep Tour, agindo dentro daquilo que Pierre Bourdieu (1983) identifica como as estratégias de subversão e conservação de um campo específico. As agências externas estão estabelecidas, de certa forma, pela estrutura pré-existente, logística, e expertise de já terem atuado em outras localidades. Por isso, usam a estratégia de conservação de sua atuação e em seu argumentos justificativos, etc.

Os guias locais, por outro lado, estão em busca de se firmarem neste campo, e por isso precisam agir dentro de uma estratégia de subversão. Os dois lados, os agentes externos e locais, lutam pela legitimidade de se contar a história da favela. Mas isso só faz sentido na disputa dentro de um campo, em que os participantes disputam pelo mesmo objetivo (a legitimidade em guiar).

Segundo Bourdieu,

“A luta permanente no interior do campo é o motor do campo. Vê-se de passagem que não há nenhuma antinomia entre a estrutura e história e o que define aquilo que considero como a estrutura do campo é também o princípio de sua dinâmica. Os que lutam pela dominação fazem com que o campo se transforme, se reestruture constantemente. A oposição entre a direita e a esquerda, entre a retaguarda e a vanguarda, o consagrado e o herético, a ortodoxia e a heterodoxia, muda constantemente de conteúdo substancial mas permanece estruturalmente idêntica.” (BOURDIEU, 1983)

Epílogo – O que não aconteceu no Santa Marta

Após 5 anos da instalação da 1ª UPP, as mudanças na favela Santa Marta são inúmeras. Mas o que podemos trazer como “consequências da ocupação” por parte da polícia? As promessas da “entrada dos serviços públicos” que foram feitas na época da ocupação policial, que resultaria na 1ª UPP da cidade, não foram cumpridas, e os moradores começam a se mobilizar para reivindicá-los.

O Plano Inclinado do Santa Marta, o chamado ‘bondinho’, foi inaugurado em 29 de maio de 2008. A sua construção acarretou em algumas remoções de moradores que habitavam no trajeto de seus trilhos. Eles foram removidos para casas construídas pelo governo estadual, não muito longe de onde moravam antes. Essas remoções obtiveram alguma resistência à época, mas segundo o presidente da Associação de Moradores do Santa Marta, a construção desse sistema de transporte significou o desenvolvimento de um instrumento de utilidade pública para os moradores da favela.

O bondinho estende-se por toda a lateral leste do morro por aproximadamente 340 metros, da região da Escadaria até o Pico do morro, onde ficam o Campinho, a sede da UPP, e a parte que contém as casas mais precárias do morro. O trajeto é dividido em 5 estações (com transferência entre a 3ª e a 4ª), e a utilização do transporte é gratuita. Ele funciona com o trabalho de 12 funcionários da própria favela de 6h até às 23.30h. O bondinho foi construído - e é administrado - pela Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro (EMOP). Hoje há a pretensão de se transferir sua administração para a Rio Luz, que é submetida à Secretaria Municipal de Conservação.

Diante desse impasse, e com todos os conflitos resultantes do mau funcionamento do bondinho, houve uma mobilização de alguns moradores do Santa Marta, que promoveram reuniões no intuito de reivindicarem o funcionamento adequado às necessidades da localidade, com administração e organização impessoais, formato que caracteriza os serviços públicos prestados ao cidadão.

Houve duas reuniões que trataram especificamente do problema relativo ao funcionamento do bondinho. Nessas reuniões participaram algumas lideranças locais,

como por exemplo: o presidente da Associação de Moradores, integrantes do Grupo Eco, lideranças locais, etc.

A primeira reunião aconteceu dia 29 de março de 2012. A publicidade da mesma deu-se através das redes sociais, como também através de pequenos cartazes colados pelas paredes da favela. A praça do Cantão, lugar central dentro da topografia simbólica e econômica da favela, foi o lugar da reunião, que contou com algo em torno de 40 participantes. Havia passantes que, voltando do trabalho ou de outros compromissos fora da favela, paravam para tentar entender o que se passava.

As falas dos participantes versavam principalmente sobre as estratégias e táticas necessárias para que, de forma mais eficaz, alcançassem o objetivo consensual: o funcionamento de qualidade do chamado ‘bondinho’. Um fator recorrente nessas falas era o fenômeno da fofoca e das brigas que surgiam, seja nas redes virtuais pela internet, seja por discussões e altercações ríspidas. Esse canal difuso da informação (GLUCKMAN, 1963), a fofoca, funciona aí como um dispositivo de controle das ações políticas nesse tipo de associativismo, censurando certas iniciativas.

Itamar da Silva, antiga liderança da favela e ex-presidente da AMMSM introduziu uma questão bem interessante para pensarmos na atual formação do associativismo local. Em uma fala sua durante essa primeira reunião, pontuou que uma virtude desse tipo de reunião é que há a possibilidade de se expor livremente qualquer opinião que se possa ter sobre o problema. Sua colocação significava uma relativa mudança de posicionamento público sobre os problemas locais, trazendo à tona a discussão já muito propalada sobre a “sociabilidade violenta” (MACHADO, 2004) que seria um fator impeditivo de qualquer associativismo nesses espaços historicamente constituídos como espaços de exceção.

Embora seja muito cedo para tirarmos qualquer conclusão sobre o fato (MACHADO, 2010), é de se notar uma percepção dos próprios moradores em relação a esse aspecto da vida cotidiana, quando veem a possibilidade de discussão pública de problemas relativos ao acesso aos serviços públicos do Estado, sem contar com prerrogativa decisória do tráfico de drogas local.

A segunda reunião aconteceu no dia 26 de abril de 2012. As discussões do dia consistiam nos resultados de reivindicações direcionadas aos poderes públicos, via cartas

e abaixo-assinados enviados à EMOP, ao seu presidente Ícaro Moreno e ao gabinete do governador. Por ter acontecido em um espaço fechado, no Lajão Cultural, no alto do morro (ao inverso do que aconteceu na primeira reunião supracitada, que ocorreu na Pça. do Cantão) a reunião resumia-se a no máximo 20 pessoas, praticamente a metade da anterior. O tema mais recorrente era o problema do uso do bondinho no que concerne ao status do utente. Por ser uma favela com uma reconhecida assiduidade turística, importante atividade econômica para os empreendedores que trabalham com ela, o uso do bondinho por parte dos turistas acaba causando alguns transtornos para os moradores, conforme relato dos mesmos. Essa clivagem entre dois status diferentes de utentes resultou em algumas propostas de uso diferenciado do meio de transporte.



Foto 6: Panfleto circulado da internet de convocação para manifestação dos moradores. Entre as pautas de reivindicação: qualidade do fornecimento de energia elétrica, contra remoção do Pico e por um turismo de base local.

Uma das propostas era que se fizessem duas filas que distinguíssem esses dois tipos de utentes, o ‘trabalhador’ e o ‘gringo’, principalmente em dias de eventos na favela, quando a circulação é mais intensa. Surgiu na reunião o caso de uma proposta desse tipo, que foi logo imputada a uma morador de nome Barbosa, e que não tardou a aparecer na reunião. Essa proposta foi considerada absurda por alguns daqueles que defendem a “utilização normal” do bondinho, ou seja, sua impessoalidade no uso de seu serviço público.

A fila que se forma no bondinho em dias de eventos que contam com a vinda de visitantes é grande se comparada aos dias de semana. Ela é organizada na primeira estação por 25 plaquetas de metal, do tamanho de um descanso de copo, distribuídas pelo funcionário do bondinho. Há uma disputa tácita entre os moradores e não-moradores pela legitimidade sobre a preferência no embarque. Não é raro ouvir a ideia de se fazer duas filas: uma para “trabalhador”, outra pra “gringo”. Nas conversas entre grupos (é raro ver visitantes e moradores conversando longamente), é comum escutar reclamações de moradores sobre a superlotação da fila, e indiretamente (ou diretamente) reclamando dos turistas, que “não trazem nada de bom pra favela e seus moradores”, só atraso na chegada ao lar; por outro lado, não é incomum os visitantes reclamarem em suas “rodinhas de conversa” da demora do serviço, no que acontecem desistências e consequentes incursões aventureiras ao topo do morro por parte dos mais impacientes.

Não se verifica placas informando a preferência de acesso a pessoas idosas, deficientes e gestantes. Essa ausência obriga uma negociação entre os moradores que se encaixam nessas condições e os não-moradores. Esses últimos, muitas vezes, agem com certa indiferença àqueles que tem a preferência. Não se vê recorrentemente essas pessoas reivindicarem esse direito, e da mesma forma, os visitantes não se importam em utilizar os dois pequenos bancos que ficam no embarque, mesmo quando há idosos ou gestantes perto deles.

Além desses problemas ocorridos na “fricção” entre morador e turista, o próprio bondinho é alvo de críticas por parte de seus usuários. Vê-se que essa disputa aponta para um fenômeno interessante que tem sido notado no âmbito do turismo e suas consequências. Esses conflitos acarretam no questionamento de como deve se dar o ordenamento e funcionamento dos equipamentos instalados na favela, sendo sintomática

sucessivas reuniões que se organizaram entre moradores. O que se percebe é a mobilização em busca de um associativismo reivindicativo para a participação dos moradores nos processos decisórios das políticas públicas no Santa Marta, mesmo que ainda não tenha tomado nenhuma forma objetiva.

Referências Bibliográficas

AMOROSO, Mauro. “Duas faces da mesma fotografia: atraso *versus* progresso na cobertura fotojornalística de favelas do *Correio da Manhã*. In: MELLO, Marco Antonio da Silva; MACHADO DA SILVA, Luis Antonio; FREIRE, Leticia de Luna; SIMÕES, Soraya Silveira; “Favelas Cariocas: ontem e hoje”. Garamond. 2012

ANTUNES, Eduardo M. “Reflexões sobre a Batalha do morro Dona Marta”. OAB. Revista da Ordem dos Advogados do Brasil. São Paulo. Nº 43/48. 1988. P. 15-23.

ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. “A cidade do pensamento único: desmanchando consensos”. Editora Vozes. Petrópolis. 2002

BARBOSA, Gabriel; MONTEIRO, Yasmin. “O estrangeiro no morro: uma etnografia.” Anais da IX RAM: 2011

BARCELLOS, Caco. “Abusado: O dono do Morro Santa Marta”. Rio de Janeiro, Record. 2003

BECKER, Howard. “Outsiders: estudos de sociologia do desvio”. Zahar. Rio de Janeiro. 2008

BOURDIEU, Pierre. “Alta costura e alta cultura”. BOURDIEU, Pierre. 1983. Questões

de sociologia. Rio de Janeiro: Marco Zero. P. 154-161.

CEFAÏ, Daniel; MELLO, Marco Antonio da Silva; MOTA, Fábio Reis; VEIGA, Felipe Berocan (orgs.) Arenas Públicas: por uma etnografia da vida associativa. Niterói: EdUFF, 2011. p.67-102.

CHOMBART de LAUWE, Paul Henry. Paris et l'agglomeration parisienne. Paris: PUF, 1952.

CLASTRES, Pierre. "Le Clou de la Croisière". In: Les Temps Modernes. Ano 27, nº 299-300. 1971.

COSTA, Giuliana. "Sediar Megaeventos esportivos vale à pena?", in: Revista O Social em Questão, ano XVI, nº 29, 2013.

CUNHA, Neiva Vieira da; MELLO, Marco Antonio da Silva. "Novos conflitos na cidade: A UPP e o processo de urbanização na favela." DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social. 4:3, 371-401. 2011

CUNHA, Neiva Vieira da; MELLO, Marco Antonio da Silva. "Dispositivos de Seguridad Pública e procesos de urbanización em *favelas* de Rio de Janeiro: novos conflitos en el espacio urbano". Quaderns-e (Institut Catalá d'Antropologia), v. 2, p. 30-45, 2013.

CUNHA, Neiva Vieira da. "Histórias de Favelas da Grande Tijuca". Rio de Janeiro: IBASE: Agenda Social Rio, 2006. 71p.

CUNHA, Neiva Vieira da. "Viagem, experiência e memória: narrativas de profissionais da saúde pública dos anos 30". In: Revista Vivência. UFRN/CCHLA. v. 28, p. 75-89, 2005. Natal.

FREIRE, Letícia de Luna. "Em nome da 'comunidade': o papel das associações de

moradores no processo de implantação de uma política urbana em Acari - Rio de Janeiro”. In: CEFAÏ, D.; MELLO, M. A. da S.; MOTA, F. R.; VEIGA, F. B. (orgs.) Arenas Públicas: por uma etnografia da vida associativa. Niterói: EdUFF, 2011. p. 103-134.

FREIRE, Leticia de Luna. “Mobilizações coletivas em contexto de megaeventos esportivos no Rio de Janeiro”. O Social em Questão. Ano XVI, nº 29. 2013

FREIRE-MEDEIROS, Bianca. “Gringo na Laje: produção, circulação e consumo da favela turística”. Rio de Janeiro: Editora FGV. 2009.

FRISCHTAK, Claudio; MANDEL, Benjamin R. Mandel. “*Crime, House Prices, and Inequality: The Effect of UPPs in Rio*”. Federal Reserve Bank of New York - Staff Reports, 2012. (disponível em: http://www.newyorkfed.org/research/staff_reports/sr542.pdf)

GENNEP, Arnold Van. “O rito de passagem”. Vozes. 2011.

GLUCKMAN, Max. “Análise de uma situação social na Zululândia moderna”. In: FELDMAN-BIANCO, B. (org). Antropologia das sociedades contemporâneas. São Paulo: Global, 1987.

GUATARRI, Félix. “As três ecologias”. Campinas: Papirus. 2001

KANT, Immanuel. “A paz perpétua: um projeto filosófico”. Lusosofia. Corvilhã. 2008

KANT, Immanuel. “Ideia de uma história universal com um propósito cosmopolita”. Lusosofia. Corvilhã. 2008

MACHADO DA SILVA, Luis Antônio. “Afimãl, qual é a das UPPs?” Disponível (online) em: www.observat6riodasm6tropolis.ufrj.br. 2010

MACHADO DA SILVA, Luis Antônio. “Sociabilidade violenta: uma dificuldade a mais para a ação coletiva nas favelas”. In: SILVA, Itamar (org). A democracia vista de baixo. IBASE. 2004.

MAFRA, Clara. “Drogas e símbolos: redes de solidariedade em contextos de violência. In: ALVITO, Marcos; ZALUAR, Alba. “Um século de favelas”. FGV. 2001

MELLO, Marco Antonio da Silva. “Cidades: Commodities para consumo?” *Jornal da UFRJ*, Ano 6, n°53, 2010, pp. 13-16.

MELLO, Marco Antonio da Silva; VOGEL, Arno. “Gente das Areias: história, meio ambiente e sociedade no litoral brasileiro. Maricá-RJ – 1975 a 1995”. Niterói, EdUFF, 2004.

MELLO, Marco Antonio da Silva; VOGEL, Arno; SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. “Quando a rua vira casa: a apropriação de espaços de uso coletivo em um centro de bairro”. Rio de Janeiro: IBAM, 1981

MISSE, Michel. “Os rearranjos de poder no Rio de Janeiro”. *Le Monde Diplomatique*. Julho de 2011. (disponível em: <http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=959>)

MISSE, Michel. “O Rio como um bazar: a conversão da ilegalidade em mercadoria política”. *Insight Inteligência*. Rio de Janeiro. V. 3, n°5, 2002. p. 12-16

MISSE, Michel. “Sobre a acumulação social da violência no Rio de Janeiro”. *Civitas*. Porto Alegre. V. 8, n° 3, p. 371-385, 2008.

PEPPE, Atilio Machado. “Associativismo e política na favela Santa Marta (RJ)” Dissertação (mestrado). Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo.

1992

PÉREZ, Daniel Omar. “Os Significados dos Cconceitos de Hospitalidade em Kant e a Problemática do Estrangeiro”. Revista Philosophica. Vol. 31. 2007. Valparaíso.

ROCHA, Adair. “Cidade Cerzida: a costura da cidadania no morro Santa Marta”. Rio de Janeiro. Editora PUC-Rio:Pallas. 2012.

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. “Movimentos urbanos no Rio de Janeiro”. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1981.

SILVA, João Paulo Ascenso Pereira. "Recensão crítica: De Gilgamesh ao turismo de massas, para uma história mental da viagem". Revista de Estudos Anglo-Portugueses. Nº 8. 1999. Lisboa. pp. 139-154.

SIMÕES, Soraya Silveira. “Cruzada São Sebastião do Leblon: Uma etnografia da moradia e do cotidiano dos habitantes de um conjunto habitacional na Zona Sul do Rio de Janeiro”. Tese de doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em Antropologia PPGA/UFF. 2008

SIMÕES, Soraya Silveira . “Histoire et ethnographie d'une cité à Rio: la Cruzada São Sebastião do Leblon”. 1. ed. Paris: Karthala, 2010. v. 1. 243p.

SOARES GONÇALVES, Rafael. “Favelas do Rio de Janeiro: História e Direito”. Pallas/PUC. Rio de Janeiro. 2013

SOLTEC. “Relatório de levantamento de dados secundários: Santa Marta”. Rio de Janeiro, Núcleo de Solidariedade Técnica da UFRJ. 2011

VALLADARES, Lícia do Prado. “A invenção da favela: Do mito de origem à favela.com”. Rio de Janeiro, Editora FGV. 2005

VAINER, Carlos. “Pátria, empresa e mercadoria: Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano”. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Erminia. “A cidade do pensamento único: desmanchando consensos”. Editora Vozes. Petrópolis. 2002

Filmes

“Duas semanas no Morro Dona Marta”, de Eduardo Coutinho

“Orfeu Negro”, de Marcel Camus

“Cidade de Deus”, de Fernando Meireles

“Rio, 40 graus”, de Nelson Pereira dos Santos

“Campanha de lixo Santa Marta - e você com isso?”, Grupo Eco

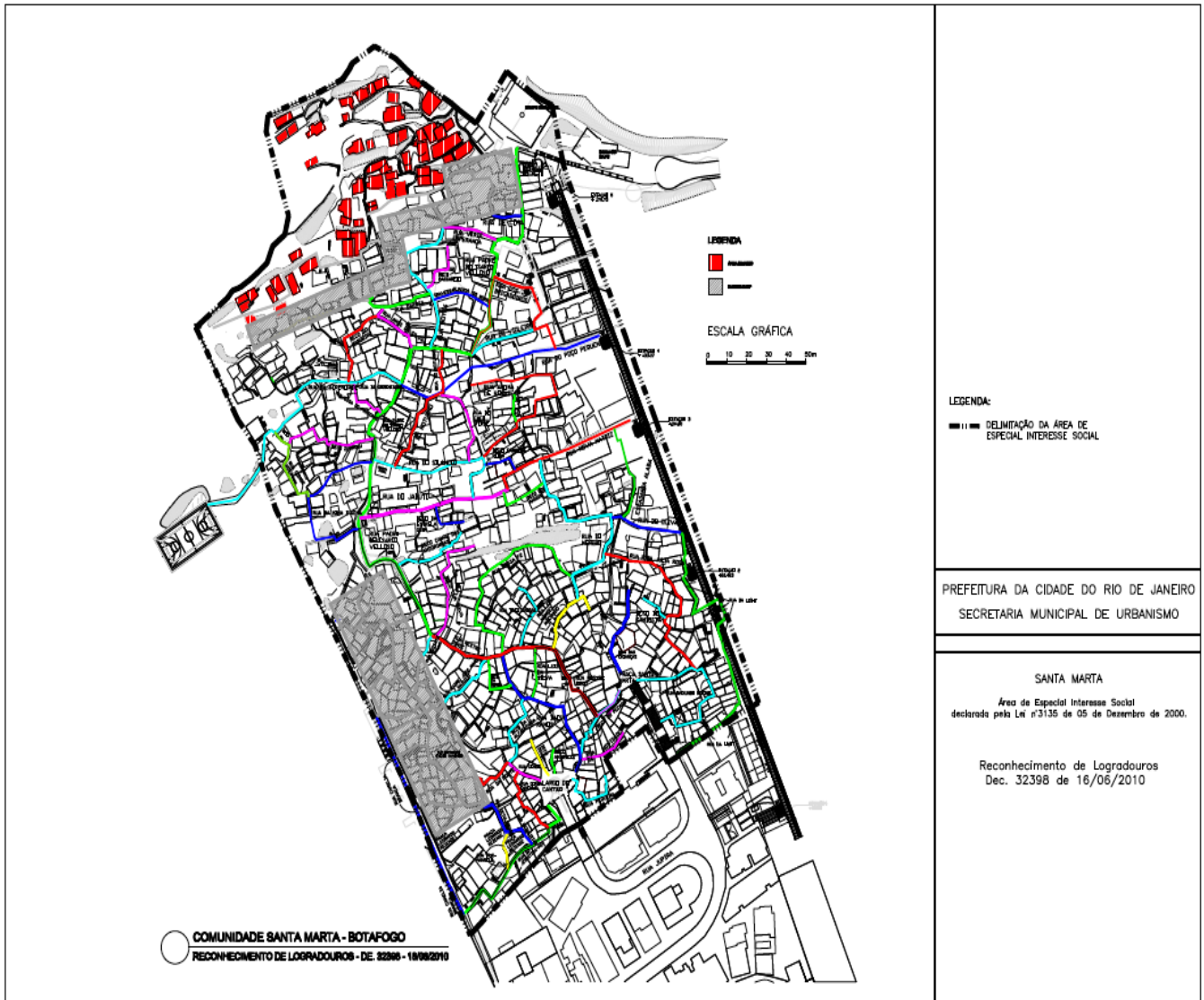
“Cruzada”, de Gabriel Zagury

Programas de TV

Entrevista com Major Pricilla Azevedo – Programa “De Frente Com Gabi”

Anexos

Anexo 1: Mapa dos logradouros da Favela Santa Marta - 2010



Anexo 2: Lista de Logradouros – Alteração dos nomes a partir do decreto lei nº 32.398 de junho de 2010. (transcrição de documento afixado na parede do POUSO do Santa Marta)

	Nome Antigo	Nome Atual	Significado/Observações
1	Rua da Light	Rua da Light	
2	Rua da Assembléia	Rua Raimundo Rufino	Homenagem a morador falecido
3	Rua das Crianças	Rua das Crianças	
4	Beco do Pecado	Beco do Pecado	
5	Rua Padre Hélio	Rua Mestre Diniz	Homenagem a morador falecido. O Padre Hélio ainda está vivo.
6	Rua Padre Velloso	Rua Padre Hélio Belisário Velloso	Nome completo do Padre Velloso
7	Rua Diamante Negro e Rua Royal	Rua José Manuel Machado	Homenagem a morador falecido
8	Beco do Conforto	Rua Luiza da Silva	Homenagem a moradora falecida
9	Rua da Glória	Rua Três Amigas	Sugestão de morador da rua
10	Rua da Boa Fé	Rua Nossa Fé	Nome similar
11	Beco Lua Nova	Beco Lua Nova	
12	Beco das Andorinhas	Beco Canto das Andorinhas	Nome similar
13	Rua do Jabuti	Rua do Jabuti	
14	Beco da Estrela	Beco Estrela Guia	Nome similar
15	Rua da Mina	Rua da Mina D'Água	Nome similar
16	Rua dos Amigos	Beco dos Amigos	
17	Rua do Silêncio	Rua do Silêncio	
18	Rua da Matriz	Rua da Nova Matriz	
19	Rua do Mengão	Rua do Mengão	
20	Rua das Oliveiras (trecho)	Rua do Olival	Nome similar
21	Rua Cabo José	Rua Riza Julia	Homenagem a morador falecido
22	Beco do Sambista	Beco do Sambista	
23	Rua das Oliveiras (trecho)	Escadaria Alabá	Significado: espírito infantil
24	Beco Santa Cristina	Beco Camélia Rosa	Flor
25	Rua do Coqueiro	Rua do Côco Verde	Nome similar
26	Rua da Roseira	Rua Aroma de Rosas	Nome similar
27	Beco da Samambaia	Rua Ambayomi	Significado: encontro feliz

28	Rua do Pocinho	Rua do Poço Pequeno	Nome similar
29	Beco do Argeu	Beco do Argeu	
30	Sem denominação	Travessa do Fraterno	
31	Rua do Noturno	Rua do Noturno	
32	Rua Cosme e Damião	Rua da Serenidade	
33	Beco da Saudade	Rua Amos da Silva	Homenagem a morador falecido
34	Rua da Paciência	Rua Boyrá	Significado: objeto precioso
35	Beco do Mamoeiro	Beco do Mamoeiro	
36	Rua Cidade Nova	Rua Cidade Nova	
37	Rua do Seresteiro	Rua do Violeiro	Nome similar
38	Beco Alegria	Travessa Alegria do Morro	Nome similar
39	Rua dos Brigadeiros	Rua dos Brigadeiros	
40	Rua da Esperança	Rua Verde Esperança	Nome similar
41	Sem denominação	Rua de Cima	
42	Sem denominação	Praça Estação do Alto	
43	Rua da Amizade	Rua Dakota	Significado: amigo
44	Beco Rouxinol	Beco Passaredo	Significado: grande número de pássaros
45	Largo do Cantão	Largo do Cantão	
46	Beco do Ipê	Rua Pequena	
47	Beco do Império	Rua Daisy Ramos	Homenagem à Assistente Social que atuava nas comunidades da cidade
48	Beco dos Prazeres	Rua da Novidade	
49	Beco do Alfaiate	Beco da Alfaiataria	Nome similar
50	Beco Amanhecer	Beco da Nova Manhã	Nome similar
51	Beco do Cantão	Beco Amarilis	Flor
52	Beco do Castelo	Beco Diacuí	Significado: planta que floresce no campo
53	Rua da Luz	Rua Cendi	Significado: luminosidade/luz
54	Rua da Mangueira	Rua Jequitibá-Açu	Árvore símbolo da cidade
55	Rua São Carlos	Rua Coroa Imperial	Flor
56	Rua Presidente Vargas (trecho inferior)	Rua dos Getulistas	Nome similar

57	Sem denominação	Rua Íris Amarelo	Flor
58	Beco do Campista	Rua Camélia Branca	Flor
59	Rua da Ponte	Rua da Ponte	
60	Rua Sol Nascente	Rua Padre José Maria Natuzzi	Homenagem ao padre do Colégio Santo Inácio
61	Sem denominação	Rua Boitató	Folclore – Antigo mito brasileiro cujo nome significa “coisa de fogo”
62	Praça dos Caidos	Praça Leonardo Rezende	Estudante do Colégio Santo Inácio que tinha uma banda com amigos da Comunidade Santa Marta

Anexo 3: Localização, Dados censitários e urbanísticos da Favela Santa Marta. Fonte: *Panorama dos Territórios – UPP Social*. Disponível em: <http://uppsocial.org/territorios/santa-marta/> (acessado em 16/04/2014)

Mapa 1 – Limite da UPP Santa Marta, da Comunidade que a compõe e das Regiões Administrativas – 2011



Fonte: SABREN/ IPP, 2013, ISP 2013

A UPP Santa Marta é formada apenas pelo Morro Santa Marta. A comunidade é isolada, não estando em conurbação com nenhuma outra. A Tabela 1 mostra a localização da comunidade na Área de Planejamento 2 e na Região Administrativa 4 – Botafogo. O Morro Santa Marta está localizado no bairro de Botafogo.

Tabela 1 – A.P., R.A., Bairro e Nome do Complexo da Comunidade localizada na UPP Santa Marta – 2011

Área de planejamento	Região administrativa	Bairro	Nome do Complexo	Comunidade
2	IV-Botafogo	Botafogo	-	Morro Santa Marta

Fonte: SABREN/ IPP (2013)

Tabela 4 – População, Domicílios, Habitantes por Domicílio, Área e Densidade Demográfica segundo a Comunidade da UPP Santa Marta e Município do Rio de Janeiro- 2010

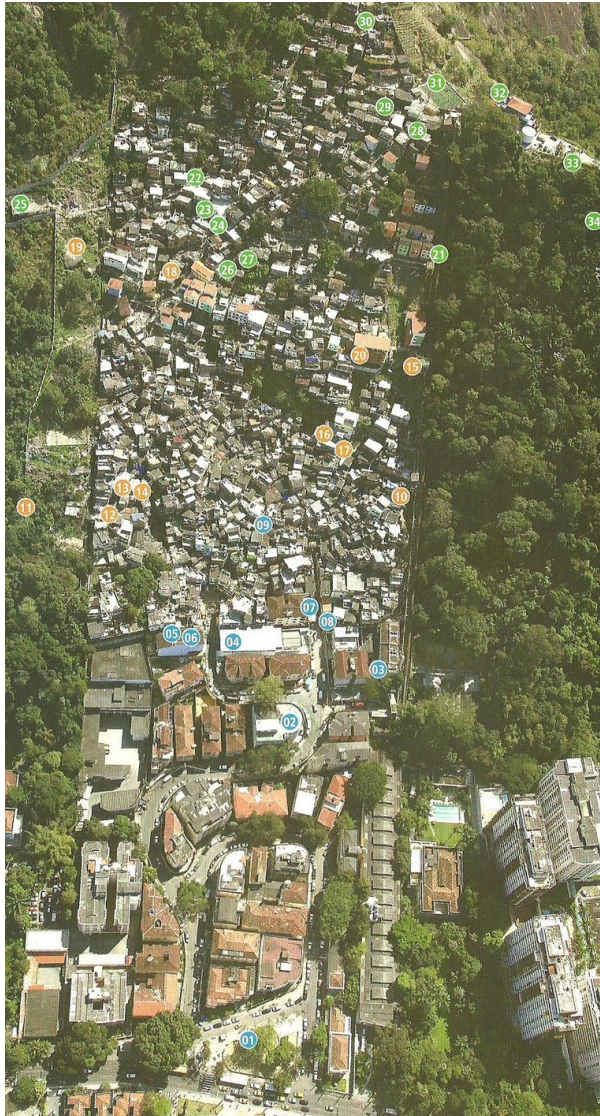
Comunidade	População ⁽¹⁾	Domicílios ⁽¹⁾	Habitantes por Domicílio	Área (m ²) ⁽²⁾	Densidade demográfica (hab/ha)
Morro Santa Marta	3.908	1.176	3,32	53.733	727,3
Rio de Janeiro ⁽³⁾	6.320.446	2.146.340	2,94	570.917.463	110,7

Fonte: (1) Instituto Pereira Passos, com base em IBGE, Censo Demográfico (2010)

(2) Instituto Pereira Passos (2012)

(3) Censo Demográfico IBGE (2010)

Anexo 4: Folder do Programa Rio Top Tour com indicações de pontos turísticos



SANTA MARTA: PONTOS DE INTERESSE TURÍSTICO E CURIOSIDADES

Tourist options and curiosities of Santa Marta

PARTE BAIXA (Estação 1)

- 01 PRAÇA CORUMBÁ
- 02 CETEP - Cursos Técnicos do Governo do Estado
- 03 ESTAÇÃO 1
- 04 QUADRA DA ESCOLA DE SAMBA MOCIDADE UNIDA DO SANTA MARTA
- 05 CASAS PINTADAS
- 06 PRAÇA "CANTÃO", local onde se realizam atividades culturais e festas
- 07 "PÉ DA ESCADA", ponto de encontro das atividades culturais (forró, percussão, samba, capoeira) / POSTO POLICIAL UPP
- 08 IGREJA EVANGÉLICA
- 09 ASSOCIAÇÃO DE MORADORES / ASSOCIAÇÃO DE COMERCIANTES

BORDER SECTION (Station 1)

- 01 CORUMBÁ SQUARE
- 02 CETEP - Technical Courses of the State Government
- 03 STATION 1
- 04 HEADQUARTERS OF MOCIDADE UNIDA DO SANTA MARTA SAMBA SCHOOL
- 05 PAINTED HOUSES
- 06 "CANTÃO" SQUARE, where cultural activities and parties take place
- 07 "STAIRCASE", point of cultural activities (forró, percussion, samba, capoeira) / UPP POLICE OFFICE
- 08 EVANGELICAL CHURCH
- 09 COMMUNITY ASSOCIATION / COMMERCE ASSOCIATION

PARTE INTERMEDIÁRIA (Estações 2 / 3)

- 10 ESTAÇÃO 2
- 11 MURO
- 12 IGREJA EVANGÉLICA
- 13 PRIMEIRA MINA (fonte d'água) / COMERCIO
- 14 BIBLIOTECA
- 15 ESTAÇÃO 3 (baldeação)
- 16 "COSTURANDO IDEALS" Cooperativa de Costureira
- 17 IGREJA EVANGÉLICA
- 18 SEGUNDA MINA (fonte d'água)
- 19 "PEDRA DA SANTA"
- 20 APARTAMENTOS COLORIDOS (chamados de "Jambalaya" pelos moradores)

MIDDLE SECTION (Stations 2 / 3)

- 10 STATION 2
- 11 WALL
- 12 EVANGELICAL CHURCH
- 13 FIRST MINE WATER (water fountain) / MARKET
- 14 LIBRARY
- 15 STATION 3 (transfer)
- 16 "SEWING IDEALS" - Dressmaker Cooperative
- 17 EVANGELICAL CHURCH
- 18 SECOND MINE WATER (water fountain)
- 19 "SAINT'S ROCK"
- 20 COLORFUL APARTMENTS (called "Jambalaya" by locals)

PARTE ALTA (Estações 4 / 5)

- 21 ESTAÇÃO 4
- 22 POSTO POLICIAL UPP
- 23 ESPAÇO MICHAEL JACKSON
- 24 CASA DE CULTURA DEDE
- 25 ARENA, quadra onde se realizam atividades culturais, festas e bonita vista
- 26 IGREJA EVANGÉLICA
- 27 COMÉRCIO
- 28 ESTAÇÃO 5
- 29 CAPELA SANTA MARTA
- 30 TRILHA PARA O MIRANTE DONA MARTA / VISTA CRISTO REDENTOR
- 31 CAMPO DE FUTEBOL
- 32 SEDE DA UPP (Unidade de Polícia Pacificadora) / PROJETOS SOCIAIS / PROGRAMA RIO 2016
- 33 SAÍDA DA COMUNIDADE / BAIRRO DE LARANJEIRAS
- 34 "PEDRÃO", mirante natural com vista para a Enseada de Botafogo

TOP SECTION (stations 4 / 5)

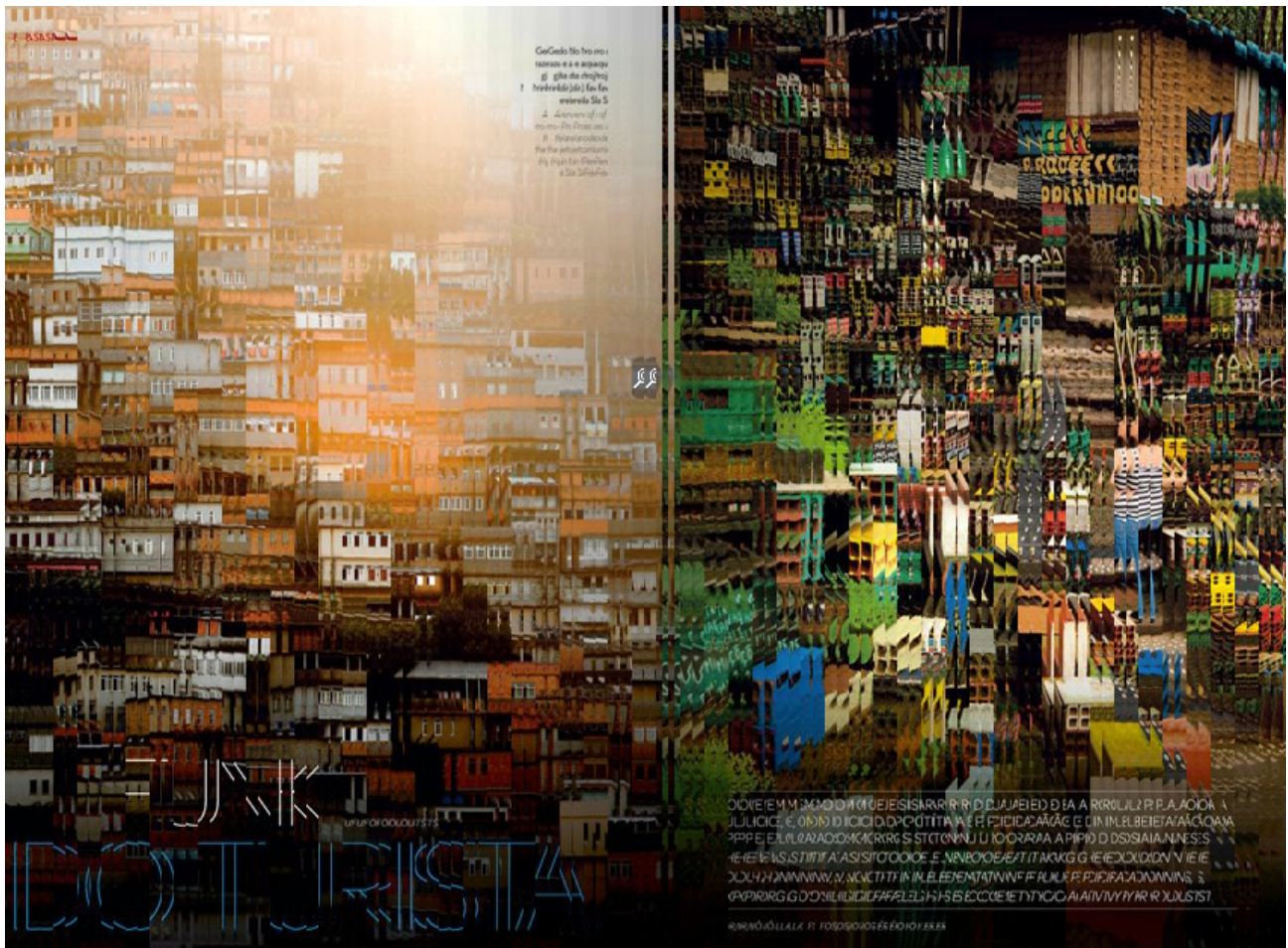
- 21 STATION 4
- 22 UPP POLICE OFFICE
- 23 MICHAEL JACKSON AREA
- 24 DEDE CULTURAL CENTER
- 25 ARENA, court where the cultural activities and parties take place; nice landscape
- 26 EVANGELICAL CHURCH
- 27 MARKET
- 28 STATION 5
- 29 SANTA MARTA CHAPEL
- 30 TRAIL TO DONA MARTA OBSERVATION DECK / VIEW TO THE CHRIST STATUE
- 31 SOCCER FIELD
- 32 UPP (Peacekeeping Police Unit) HEADQUARTERS / SOCIAL PROJECTS / RIO 2016 PROGRAM
- 33 COMMUNITY EXIT / LARANJEIRAS NEIGHBORHOOD
- 34 "BIG STONE", a natural observation deck faced to Botafogo Bay

DISQUE TURISMO
Seg-Sex das 8h às 20h

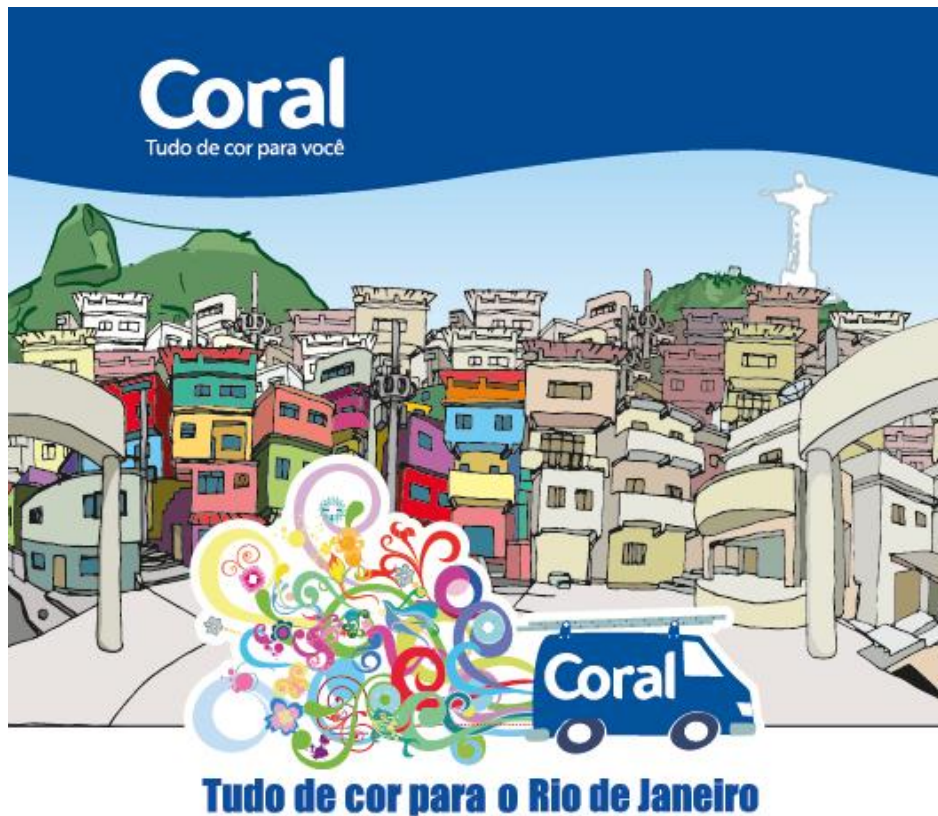
TOURIST INFORMATION
Mon-Fri from 8am to 8pm

0800-2822007

Anexo 5: Matéria sobre turismo em favela na Revista TAM (companhia aérea)



Anexo 6: Folder de divulgação do lançamento do Programa Tudo de Cor para Você, da empresa Coral



Venha conhecer como vai ser o projeto Tudo de cor para você no Santa Marta.

3 de maio, quinta-feira, a partir das 14hs

Quadra da Escola de Samba

Programação especial com lanche, música e muito mais!

Entrada grátis - vagas limitadas

Você é nosso convidado especial!

<http://www.tudodecorparavoce.com.br/>

UMA MARCA DA
AkzoNobel



DECRETO Nº 28.674, de 12 de novembro de 2007.
NOMINAÇÃO DO MORRO NA RUA SÃO CLEMENTE, EM
BOTAFOGO.

O PREFEITO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, no uso das atribuições legais e,

CONSIDERANDO que a confusão a respeito dos nomes surgiu em função do Mirante Dona Marta, ponto turístico no cume do morro;

CONSIDERANDO que o Morro Dona Marta foi assim chamado, em homenagem a Dona Marta Figueira de Mattos, mãe do Vigário Geral Dom Clemente José de Mattos, proprietário no século XVII, da Quinta São Clemente em Botafogo, cujas terras se estendem até a Lagoa Rodrigo de Freitas. Nelas Dom Clemente abriu um caminho que dava acesso a Capela de São Clemente, por ele erguida, esse caminho deu origem a atual Rua São Clemente; e,

CONSIDERANDO que a favela se chama Santa Marta por causa de uma imagem da Santa homônima situada dentro de uma capela na parte alta da comunidade. Essa imagem foi levada lá por uma antiga moradora no início do século XX. Com a chegada do Padre Veloso na década de 1930, foi construída essa pequena capela para abrigar a imagem de Santa Marta, consolidando assim o nome do local,

DECRETA:

- Art. 1º Respeitando a tradição e a história, com base nas considerações deste

Decreto, a nomeação do morro localizado na Rua São Clemente é MORRO DONA

MARTA e a comunidade local é FAVELA SANTA MARTA.

- Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 13 de novembro de 2007 - 443º de Fundação da
Cidade

CESAR MAIA

